

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAMILA ANÁLIA FERREIRA MARTIN MONARO

**O PERFIL EXPORTADOR BRASILEIRO – UM COMPARATIVO DE 2000 A
2015**

CURITIBA
2016

CAMILA ANÁLIA FERREIRA MARTIN MONARO

**O PERFIL EXPORTADOR BRASILEIRO – UM COMPARATIVO DE 2000 A
2015**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção
do grau de bacharel em Ciências econômicas,
Setor de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profª Angela Welters

CURITIBA

2016

Ao meu amado avô Altanir Gonçalves Ferreira, por ter sido meu primeiro mestre e me ensinar, ainda na infância, as primeiras noções de economia e política.

AGRADECIMENTOS

A professora Angela Welters, por toda compreensão, suporte e apontamentos durante a elaboração da presente monografia.

A todos os professores do departamento de economia da UFPR, e também aos demais mestres que fizeram parte da minha formação.

A Furukawa, em especial ao meu gestor Paulo Eduardo, por me incentivar, e apoiar sempre que precisei.

A minha família, por todo incentivo e apoio, em especial aos meus avós, Zelinda (in memoriam) e Altanir, pelos valores que me passaram através de seus exemplos de vida, à minha mãe Eudicleia, por cuidar do meu filho, para que eu pudesse escrever, mesmo em um dos momentos mais difíceis da vida, com a partida da minha amada avó.

Ao meu amado esposo, Thierre, por me acompanhar desde a adolescência, por todos os momentos que passamos juntos na UFPR, por aguentar meu nervosismo nos dias de provas, e estar sempre por perto, me incentivando, e me acalmando quando as coisas não iam bem.

E por fim, a um presente que Deus me enviou chamado Joaquim, que veio para me inspirar a buscar sempre o melhor de mim.

“Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não haveria pobreza no mundo e ninguém morreria de fome.”

Mahatma Gandhi

RESUMO

Com base na análise de dados dos principais órgãos de pesquisa do Brasil e do mundo, e na análise das principais teorias de comércio internacional, este trabalho analisou o período compreendido entre os anos 2000 e 2015 no que concerne aos movimentos da inserção externa do Brasil. Os objetivos foram avaliar as mudanças na pauta de exportações, na balança comercial e também entre os parceiros comerciais. Buscou-se apresentar os fatores que colaboraram com os bons resultados observados inicialmente quando analisada a participação do Brasil nas exportações mundiais. O comportamento das cotações internacionais das commodities, e o avanço rápido da economia da China estão aqui analisados, e apresentados como possíveis impulsionadores das exportações brasileiras. O cenário das crises internacionais, e possíveis impactos para a economia brasileira também fazem parte da presente análise. A falta de inovações e tecnologias brasileiras com grande visibilidade no mercado fora da América Latina pode ser considerado o principal problema e gera incerteza quando se pensa no futuro das exportações brasileiras, uma vez que considerando o cenário atual, qualquer política interna voltada às exportações pode ser pouco eficaz, dada uma pauta voltada prioritariamente à exportação de commodities, existe uma expressiva dependência em relação à economia mundial.

Palavras-chave: Exportação; Commodities; China; Brasil; Market Share

ABSTRACT

Based on the analysis of data from the main research entities in Brazil and the world, and on the analysis of the main international trade theories, this work analyzed the period between 2000 and 2015 in what concerns the movements of the external insertion of Brazil. The objectives were to evaluate the changes in the export agenda, the trade balance and also among trade partners. It was tried to present the factors that collaborated with the good results observed initially when analyzing the participation of Brazil in the world exports. The behavior of international commodity prices and the rapid advance of China's economy are analyzed here and presented as potential drivers of Brazilian exports. The scenario of international crises, and possible impacts for the Brazilian economy are also part of the present analysis. The lack of Brazilian innovations and technologies with high visibility in the market outside Latin America can be considered the main problem and generates uncertainty when one thinks about the future of Brazilian exports, considering that, considering the current scenario, any domestic policy focused on exports can be ineffective, given a priority given to the export of commodities, there is a significant dependence on the world economy.

Keywords: Export; Commodities; China; Brazil; Market Share

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. COMÉRCIO INTERNACIONAL – PRINCIPAIS VISÕES TEÓRICAS	9
3. A ECONOMIA BRASILEIRA – UMA CONTEXTUALIZAÇÃO POLITICO- ECONÔMICA DE 2000 A 2015.....	14
3.1 INDICADORES ECONÔMICOS.....	14
3.2 A ECONOMIA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO CENÁRIO MUNDIAL	19
4. O PERFIL EXPORTADOR BRASILEIRO – UM COMPARATIVO DE 2000 A 2015	22
4.1 PARTICIPAÇÃO DO BRASIL DO COMÉRCIO MUNDIAL.....	22
4.2 PAUTA DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS	26
4.3 A COMPETITIVIDADE BRASILEIRA NO MERCADO DE SEUS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS	32
4.4 PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL	38
4.5 BALANÇA COMERCIAL	43
5. UMA PERSPECTIVA QUANTO À EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NOS PRÓXIMOS ANOS.....	46
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	49

1. INTRODUÇÃO

O período entre 2000 e 2015 foi marcado pela expansão do comércio mundial, porém trata-se de um período bastante tumultuado, com duas crises, a primeira em 2001, após os atentados de 11 de setembro, quando os Estados Unidos quase entraram em colapso, e a segunda em 2008, referente à bolha imobiliária americana, fruto, em parte, das medidas adotadas contra a primeira. Esses 15 anos compreenderam importantes fatos históricos, cujos reflexos incidem sobre a economia mundial como um todo. Algumas mudanças estruturais permitiram o destaque das economias emergentes, com uma crescente participação no comércio mundial. Dentro deste contexto, de destaque das economias periféricas, o Brasil foi “em tese” um dos países que ganharam neste contexto. O que este trabalho pretende é avaliar de que maneira se alterou a inserção externa brasileira no período, avaliando desde o comportamento da balança comercial, até mudanças nas pautas de exportação e importação e nos parceiros comerciais. O objetivo é avaliar em que medida este contexto externo favorável impactou na estrutura e no tamanho do comércio externo brasileiro.

O trabalho está assim estruturado: primeiramente serão apresentadas as principais teorias relacionadas ao comércio internacional, bem como uma contextualização da economia brasileira para o período estudado, com destaque as medidas políticas e econômicas que se buscaram a fim de obter um crescimento acelerado, entre elas o incentivo ao consumo massivo das famílias, e também à reação da economia brasileira diante da crise de 2008.

Em segundo lugar, será feita uma avaliação das características das exportações brasileiras, em relação as mudanças na pauta das exportações, parceiros comerciais, etc, buscando compreender seu grau de dependência em relação ao resto do mundo, e o quanto o país é competitivo internacionalmente, no mercado de seus principais produtos.

2. COMÉRCIO INTERNACIONAL – PRINCIPAIS VISÕES TEÓRICAS

Coutinho, (2006) trazem uma abordagem das principais teorias de comércio internacional e um comparativo com o conceito de vantagem competitiva, elaborado por Porter e bastante utilizado para explicar o fluxo de comércio internacional. São as principais teorias de comércio internacional: A teoria da vantagem absoluta de Adam Smith, a teoria da vantagem comparativa em função da produtividade do trabalho, de David Ricardo, a teoria de vantagem comparativa baseada na disponibilidade de fatores, atribuída a Heckscher e Ohlin, e as teorias de comércio de produtos industrializados. Os autores fazem também um paralelo com as questões das inovações abordadas por Schumpeter.

No contexto do objetivo primário das exportações, que segundo Coutinho, (2006) era o de obter o superávit comercial a qualquer custo, Adam Smith em 1776 publica sua teoria de vantagens absolutas com base no comércio internacional. A premissa principal seria a de que a vantagem absoluta de um país advém de uma maior produtividade, isso é, utilizar menos insumos para produzir o mesmo bem, e reduzir os custos. Porém Smith destaca que nem sempre existe a necessidade de se obter um excedente sobre a transação, e que trocas comerciais podem ser vantajosas. Ele destaca, ainda, que não faz sentido fazer algo para si que vá custar mais caro do que comprar, de modo que não se deve gastar energia e esforços com a produção de bens que não trazem excedentes. Aquilo que excedesse o consumo interno deveria ser exportado, e a receita, por sua vez ser utilizada para fazer importações. Smith conclui que o comércio exterior gera bem-estar à sociedade, uma vez que após os processos de troca aumentaria a capacidade de consumo dos países envolvidos.

Ricardo (1982) aprimora a teoria de Smith estendendo a possibilidade de ganhos de comércio também para países que não possuem vantagens absolutas em relação a outros. Para Ricardo, a vantagem comparativa é o que direciona os benefícios do comércio, e não a vantagem absoluta. A vantagem comparativa relaciona as quantidades de um determinado bem que dois países têm que deixar de produzir para direcionar sua produção a outro bem. Segundo Ricardo, as vantagens comparativas são oriundas das diferenças de produtividade do fator trabalho para diferentes bens. Para ele, a especialização

dos países deveria abranger os bens de maior vantagem comparativa, de modo que ao produzir mais internamente, a produção que não fosse vendida no mercado doméstico deveria ser exportada, aumentando a possibilidade de importar os bens não produzidos internamente a preços menores do que em caso de uma produção local, desta forma, o comércio seria benéfico para todos.

Mill, (1848) ampliou o modelo de Ricardo, adicionando a Demanda como suporte explicativo do modelo internacional. Segundo Mill, a renda real destinada a cada bem é invariável, de modo que supostamente as demandas dos países seriam iguais. Guimaraes, (1997) lembra que de fato, a Lei de Say “a oferta cria sua própria procura”, representava teoricamente um arcabouço para a explicação de que há uma possibilidade de convergência dos preços e custos para um equilíbrio econômico internacional.

De qualquer modo, segundo Guimarães, (1997), a Lei de Say não se aplica ao comércio internacional, uma vez que se as vantagens comparativas existem, é por que há uma diferenciação no que tange as produtividades do trabalho entre os países, além disso, cada país possui determinado limite técnico, distintos para cada tipo de produção.

Em relação à teoria de vantagem comparativa baseada na disponibilidade de fatores, atribuída a Heckscher e Ohlin, Coutinho et al, (2006) trazem a abordagem de Krugman e Obstfeld (2001) para explicar a diferenciação quanto à teoria de Ricardo, que estaria diretamente ligada à distinção entre comércio internacional e comércio inter-regional e na identificação de fatores que determinam a existência de vantagem comparativa. Conforme Krugman & Obstfeld (2001), o modelo de Heckscher-Ohlin, diz que as vantagens comparativas são oriundas dos diferentes níveis de estoques relativos dos distintos fatores de produção, influenciando os custos de produção desses bens. Ou seja, os países se especializarão na produção dos bens que utilizam fatores de produção com abundância relativa, exportando esses bens e importando outros cujos fatores produtivos intensivos sejam relativamente escassos em seu território.

Sobre as teorias de comércio de produtos industrializados, Coutinho et, al, (2006) abordam a visão de Krugman e Obstfeld (2001), que tentam explicar três aspectos relacionados com o comércio mundial, que parecem improváveis

do ponto de vista de Ricardo e Heckscher-Ohlin: A existência de um comércio intenso e em rápida expansão entre nações com as mesmas características, o grande número de trocas de produtos muito similares e o mínimo de conflito social que se seguiu à vasta liberalização do comércio no período do pós-guerra. As principais vertentes teóricas são as que enfatizam: as economias de escala, o papel central da demanda, os ciclos do produto e a concorrência monopolística.

Fazendo um contraponto entre as teorias clássicas, e a vantagem competitiva, Coutinho et, al, (2006) trazem a teoria de Porter (1989), que propõe uma nova abordagem, que se concentra na vantagem competitiva dos países, refletindo o próprio conceito de competição. O foco principal desta abordagem é na explicação de o que permite as nações alcançarem sucesso internacional em distintos segmentos industriais. Para Porter (1989) a produtividade é o termo que define o valor do que é produzido, ou seja, um alto padrão de vida depende da capacidade das empresas em atingir um determinado nível de produtividade, e seguir aumentando no decorrer do tempo. Esse aumento de produtividade, se dá por meio de inovações decorrentes de novas tecnologias, novos métodos de treinamento, novas abordagens de marketing, e melhorias nos processos como um todo. Neste contexto, Porter afirma que uma elevada renda per-capita está relacionada com a frequência de inovações na economia. Schumpeter (1985) foi o primeiro a enfatizar a inovação como principal fonte da dinâmica do desenvolvimento capitalista. Para Schumpeter as inovações rompem com a tendência de equilíbrio estático do sistema econômico, possibilitando a expansão econômica. Para ele, a empresa que inova ganha vantagem competitiva no primeiro instante, uma vez que suas concorrentes ainda não aderiram ao processo. Porter (1999) afirma que a vantagem competitiva só é mantida pelo processo de melhoria constante, já que pode ser imitada frequentemente.

Guimarães, (1997) destaca os conceitos de vantagens comparativas e absolutas ressaltando que não são conceitos excludentes. As vantagens absolutas estão relacionadas ao objetivo geral dos países/empresas nos processos de trocas internacionais, motivados principalmente pela obtenção de rendas extras derivadas do monopólio das inovações. Já as vantagens comparativas são utilizadas como base para o processo de expansão

internacional de inovações que ajustam os preços e custos, criando sustentabilidade aos processos de trocas internacionais.

Guimarães, (1997) aponta os constrangimentos e atitudes sociais frente ao mercado externo, a função P&D e a distribuição de renda como elementos essenciais para que a noção de competitividade internacional alcance o status de teoria e possa ser mais facilmente compreendida por alguma estratégia de crescimento econômico. Apoiado em Perez, (1991), Guimarães, (1997) indica uma forte influência da distribuição de renda no progresso técnico, uma vez que é por meio dela que se determina os padrões de consumo relacionados a cultura, costumes, desejos e aspirações sociais.

Em contrapartida ao fato supracitado, Guimarães, (1997) mostra que Ricardo, D. (1821) isenta qualquer efeito-renda com o comércio exterior. O argumento para tal constatação está relacionado aos rendimentos constantes de escala, que por sua vez, implicam que as produtividades dos fatores são imutáveis, logo a distribuição de renda não é alterada, de modo que as demandas domésticas são estáticas, não tendo capacidade, portanto, de interferir no comércio internacional.

Guimarães, (1997) aponta o estudo de John, (1966) como um dos pioneiros a questionar a ideia de Ricardo. Para John, o avanço técnico incidente no comércio, não necessariamente deveria caracterizar a intensidade das trocas, ou seja, uma vez que o consumo nacional cresce mais do que o mundial, se a introdução do progresso técnico ocorrer na produção, os efeitos no comércio seriam neutros. Já se a participação das exportações na renda aumentar, a mudança técnica passa a ser favorável ao comércio. Diante da restrição adicional de deterioração nos termos de troca, quando a renda aumenta, o progresso técnico pode exercer um papel de pressão nas importações desfavorável ao país. O autor destaca a globalização das economias nacionais como uma das principais implicações da relação existente entre progresso técnico e comércio exterior.

Em relação à América Latina, Guimarães, (1997) traz uma linha interpretativa de Katz, (1982), que afirma que o padrão de exportação que abrange Brasil, Argentina, México, e outros, é distinto do que ocorre em sociedades maduras. Entre as medidas adotadas por esses países está a de

adotar processos produtivos do exterior, de modo a aumentar cada vez mais o grau de dependência tecnológica/social com seu parceiro comercial. Guimarães, (1997) afirma que essa premissa permitiu consideráveis avanços teóricos, destaca que os produtos industriais exportados por países em desenvolvimento não são padronizados, e que isso, juntamente com características semelhantes ao mercado doméstico, inovações marginais e flexibilidade manufatureira, podem ser consideradas como algumas das razões para o sucesso comercial externo em mercados supostamente de produtos padronizados.

Nos parágrafos supracitados, foi possível observar as principais teorias de comércio internacional, sendo elas: A teoria da vantagem absoluta de Adam Smith, que aborda a ideia de buscar excedentes por meio do aumento da produtividade, reduzindo insumos e custos em geral; a teoria da vantagem comparativa em função da produtividade do trabalho, de David Ricardo, que aprimora a teoria de Smith, dando ênfase às vantagens comparativas; a teoria de vantagem comparativa baseada na disponibilidade de fatores, atribuída a Heckscher e Ohlin, que dizem que os países devem se especializar e exportar aquilo que têm em abundância, e importar fatores de produção escassa. Krugman e Obstfeld apresentaram a teoria de comércio de produtos industrializados, a qual enfatiza outras três teorias: as economias de escala, o papel central da demanda, os ciclos do produto e a concorrência monopolística. Podemos observar que o perfil exportador do Brasil e da América Latina não se encaixariam plenamente em nenhuma das teorias tradicionais de comércio internacional. Talvez a mais próxima seria a teoria da vantagem comparativa baseada na disponibilidade de fatores, de Heckscher e Ohlin, uma vez que o Brasil tem uma pauta de exportação predominantemente baseada na comercialização de commodities, produtos os quais o país tem grande capacidade produtiva, representando um processo de desindustrialização, seu padrão de exportação é baseado na adoção de processos produtivos do exterior, uma medida, que no curto prazo gera crescimento, mas no longo prazo tende a reduzir os ganhos e a participação no Market Share mundial, demandando cada vez mais investimentos em tecnologia e inovação.

3. A ECONOMIA BRASILEIRA – UMA CONTEXTUALIZAÇÃO POLITICO-ECONÔMICA DE 2000 A 2015

Apesar de tratar-se de um período curto, o período de estudo contempla um conjunto significativo de mudanças no cenário doméstico e internacional, impactando diretamente na economia brasileira, e no comércio exterior. De maneira breve, pretende-se expor os aspectos gerais de alguns indicadores econômicos no período, bem como os aspectos do cenário externo, e seus reflexos nas exportações brasileiras.

3.1 INDICADORES ECONÔMICOS

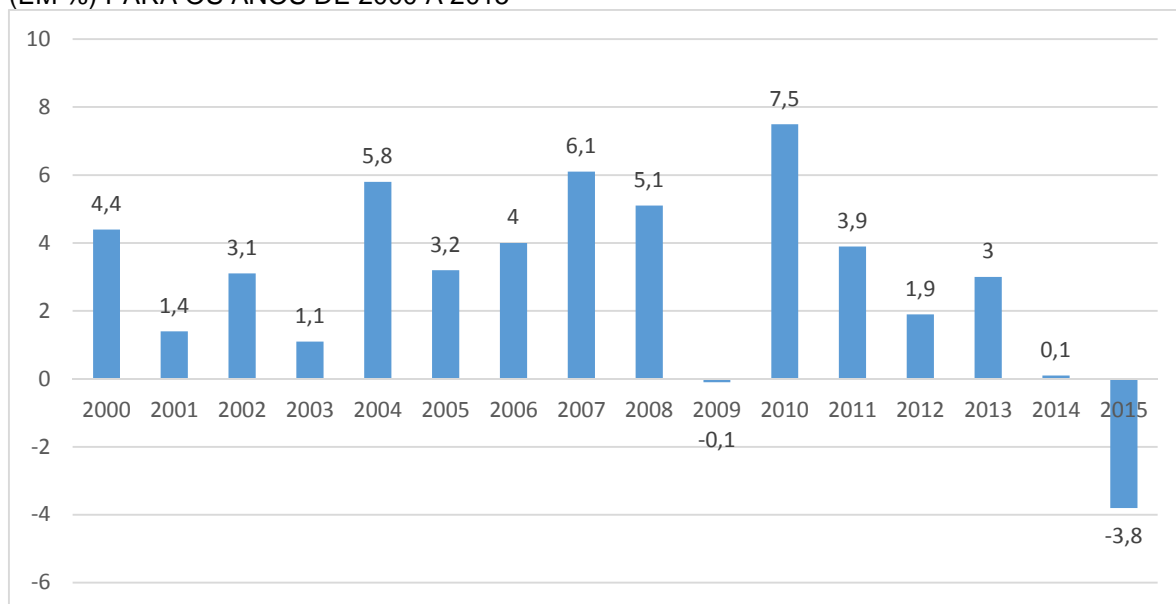
Cruz, (2012), trazem uma interessante análise em relação ao cenário de uma parte do período estudado. Os autores são bastante otimistas em relação ao sucesso encontrado pela economia brasileira no que tange o equilíbrio entre aumento do crescimento, redução das desigualdades, e estabilidade econômica. Os fatores apontados como motivacionais desta conquista foi uma junção de fatores externos, internos, e o desenho de algumas políticas públicas.

Cruz, (2012) mostram que entre 2000 e 2011, a economia brasileira alcançou um crescimento de 4% ao ano aproximadamente, valor consideravelmente superior ao apresentado nas duas décadas anteriores. Apesar da crise financeira internacional iniciada em 2007, a economia brasileira continuou obtendo desempenho acima da média. Os efeitos da crise fizeram com que o PIB sofresse uma queda de 0,13% em 2009. “Em virtude da força do mercado doméstico e de políticas anticíclicas, nas quais o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) teve importante participação” (Cruz, 2012), a recuperação ocorreu de forma rápida, com crescimento de 7,5% já em 2010.

Cruz, (2012) demonstravam certo receio de que, apesar dos resultados positivos do período e do alívio dos problemas sociais que historicamente afligiam o país, existiriam desafios a serem enfrentados em um futuro próximo, uma vez que o aumento da competitividade, e a continuidade dos programas

sociais dependeriam de avanços na infraestrutura e em pesquisa e desenvolvimento, assim como da aceleração na qualificação da mão de obra.

GRÁFICO 1: VARIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) A PREÇOS CONSTANTES (EM %) PARA OS ANOS DE 2000 A 2015



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de variação do PIB do IBGE.

No gráfico 1 é importante observar uma expressiva trajetória de crescimento após o ano de 2003, de modo que a estratégia de crescimento adotada daquele momento até 2008 se mostrava eficaz, vide rápida recuperação do crescimento do PIB após a crise mundial de 2008/2009, e os impactos negativos no crescimento do PIB brasileiro, mas que foram superados rapidamente com um expressivo crescimento no ano de 2010. No entanto, as estratégias de crescimento adotadas até então começariam a se mostrar desgastadas, e já não puderam mostrar seus efeitos positivos nos últimos anos, tendo esse curto ciclo de crescimento pós crise até 2013, e chegando a um PIB negativo no ano de 2015.

Cruz, (2012) destaca a criação de um importante mercado de consumo, impulsionado pela ampliação do crédito às famílias, como um dos principais determinantes do crescimento econômico brasileiro, porém é esse modelo que mais recentemente acaba se esgotando, principalmente em relação ao alto nível de endividamento das famílias, e também por que aquele consumo demasiadamente incentivado, e que geraria um crescimento acelerado, estaria

mais relacionado a aquisição de bens duráveis, os quais não são adquiridos com grande frequência, de modo que é visível que em algum momento, essa estratégia não seria mais tão eficiente quanto nos primeiros anos.

Serrano e Summa (2011) apontavam as condições externas às quais a economia brasileira se deparava em meados de 2003, e também as pequenas mudanças na orientação da política econômica doméstica (desde 2005) como resultantes do crescimento e distribuição de renda na economia brasileira em meados dos anos 2000.

Serrano e Summa (2015) mostram que os resultados não tão positivos a partir de 2011, possuem pequena influência do comércio internacional, mesmo considerando uma significativa depreciação na taxa de câmbio, o país manteve baixos níveis de dívida externa, e expressivas reservas internacionais. Os autores destacam que o comércio internacional representa uma pequena parcela da economia brasileira, de modo que não apresentam grandes impactos diretos nos indicadores econômicos brasileiros.

Em relação à inflação, de acordo com o Banco central brasileiro, desde junho de 1999, o IPCA passou a ser o índice utilizado para o acompanhamento dos objetivos estabelecidos no sistema de metas de inflação, sendo considerado o índice oficial de inflação do país.

Segundo Serrano e Summa (2011), o sistema de metas de inflação estabelece os objetivos que a autoridade monetária deve seguir, devendo o controle da inflação permanecer dentro de um intervalo pré-definido para o ano-calendário em questão.

A TABELA 1, elaborada com base nos dados do relatório de inflação do Banco Central, mostra as metas de inflação e inflação efetiva para os anos de 2000 a 2015. Destaque para os elevados índices nos anos de 2002 e 2015.

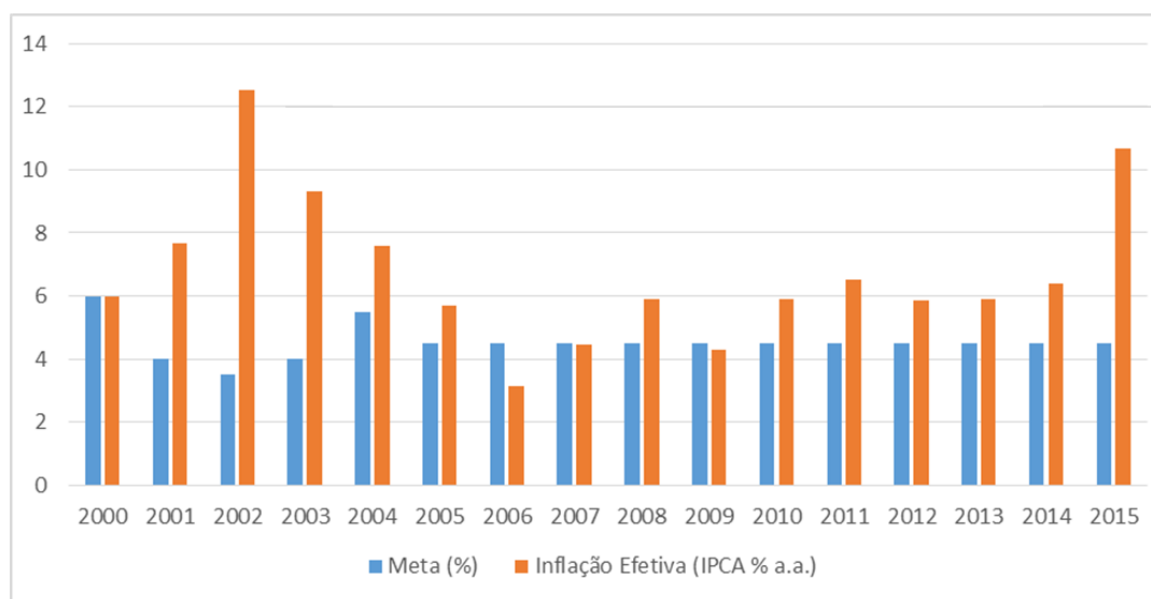
TABELA 1 – HISTÓRICO DE METAS PARA A INFLAÇÃO NO BRASIL (2000-2015)

Ano	Data	Meta (%)	Limites inferior e Superior (%)	Inflação Efetiva (IPCA % a.a.)
2000	30/06/1999	6	4,0 a 8,0	5,97
2001		4	2,0 a 6,0	7,67
2002	28/06/2000	3,5	1,5 a 5,5	12,53
2003	27/06/2002	4	1,5 a 6,5	9,3
2004	25/06/2003	5,5	3,0 a 8,0	7,6
2005	25/06/2003	4,5	2,0 a 7,0	5,69
2006	30/06/2004	4,5	2,5 a 6,5	3,14
2007	23/06/2005	4,5	2,5 a 6,5	4,46
2008	29/06/2006	4,5	2,5 a 6,5	5,9
2009	26/06/2007	4,5	2,5 a 6,5	4,31
2010	01/07/2008	4,5	2,5 a 6,5	5,91
2011	30/06/2009	4,5	2,5 a 6,5	6,5
2012	22/06/2010	4,5	2,5 a 6,5	5,84
2013	30/06/2011	4,5	2,5 a 6,5	5,91
2014	28/06/2012	4,5	2,5 a 6,5	6,41
2015	28/06/2013	4,5	2,5 a 6,5	10,67

Fonte: BANCEN (2015). Elaborada pela autora.

Vale observar também que a inflação efetiva esteve dentro da meta somente em 4 dos 15 anos em análise. No gráfico 2 é possível verificar melhor o comportamento das taxas de inflação no período.

GRÁFICO 2: METAS DE INFLAÇÃO X INFLAÇÃO EFETIVA – 2000 A 2015



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Banco Central

Observa-se que a trajetória das taxas de inflação tem sido recorrentemente maior que a taxa estipulada, com exceção dos anos 2000, 2006, 2007 e 2009. Nestes anos a inflação efetiva foi muito próxima ou inferior à meta estabelecida pelo BACEN.

É preciso evidenciar os anos de destaque que são 2002, 2003 e 2015, onde a inflação efetiva esteve com uma distância mais expressiva das metas estipuladas pelo Banco Central, afim de desmistificar as devidas causas de aumentos tão significativos dos índices.

Segundo Salomão Quadros, coordenador de pesquisas econômicas da Fundação Getúlio Vargas, em entrevista concedida à agência Brasil no dia 09/01/2003, o principal fator da inflação recorde em 2002 foi a alta do dólar da ordem de 52%, chegando a R\$ 4,00. O Índice de Preços por Atacado (IPA-DI), que reflete a influência das taxas de câmbio, aumentou 35,41% em 2002, em consequência também do impacto dos problemas agrícolas, como por exemplo, o milho.

Serrano e Summa (2011) explicam que, sistemicamente, a taxa de inflação não é afetada pelo grau de utilização da capacidade instalada, ou pela taxa de desemprego, mas pela inflação de custos, descrita nos quatro seguintes pontos: primeiro, a questão dos preços “monitorados” para serviços públicos e de utilidade pública, e na maioria das vezes fortemente afetados pela taxa de câmbio. Segundo, o fato de o Brasil ser uma economia aberta em relação aos bens comercializáveis, na qual os produtores são em sua grande maioria, tomadores de preços em relação ao preço em dólares. Terceiro, no setor industrial o custo unitário do trabalho crescer relativamente menos que a inflação. E quarto e último motivo, é a evidencia de que o custo do produto para a formação do preço de venda aumenta quando a taxa de juros sobe, isso se deve ao fato de que aumentam os custos financeiros e a oportunidade de capital.

A gerente do sistema de índices de preços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que calcula o índice, Eulina Nunes dos Santos, em entrevista concedida à coluna de economia do jornal Estadão no dia 10 de janeiro de 2003, avaliou que o IPCA de 2002 foi "uma inflação de custos". Ela ressaltou que a desvalorização do real no período "atingiu os diversos produtos em proporções diferentes".

Em relação à 2015, de acordo com o relatório de inflação publicado pelo Banco Central em dezembro de 2015, existem fortes indícios de que a alta da inflação esteve relacionada à valorização do dólar, uma vez que o mercado internacional está diretamente relacionado com as variações nos índices de preços, mais exatamente quando falamos de preços das commodities negociadas entre países. É inevitável correlacionar essas negociações em mercados futuros com a especulação financeira, isto é, os preços das commodities, mesmo que negociados em mercados futuros acabam afetando os mercados correntes.

Dalto (2011), já evidenciava a especulação financeira oriunda das negociações futuras de commodities como principal fator para os aumentos inflacionários. Segundo Dalto (2011), o Banco central brasileiro já havia percebido que a elevação da taxa de juros não seria uma ferramenta efetiva para abrandar o aumento de preços, uma vez que a demanda por serviços é pouco sensível a alterações do crédito e da taxa de juros, pois serviços sofrem pouca concorrência externa, de modo que o efeito-preço da taxa de juros via valorização cambial se tornasse nada efetivo naquele momento.

3.2. A ECONOMIA BRASILEIRA EM RELAÇÃO AO CENÁRIO MUNDIAL

Segundo Cruz, et al. (2010), a década de 2000 a 2010 foi marcada por dois fenômenos internacionais muito marcantes, primeiro a consolidação da China como potência econômica e importante provedora de bens industrializados para o mundo, e segundo a crise financeira internacional e seu impacto sobre as economias avançadas e emergentes. A China superou países como Alemanha e Japão no quesito de volume de produção, havendo uma expectativa de até 2020 se tornar a maior economia do planeta, conforme previsões do Fundo Monetário Internacional. Apesar do crescente crescimento desde meados da década de 70, foi a partir de 2001, com sua adesão a Organização Mundial do Comércio, que a China consolidou seu papel de provedora de manufaturas em escala global. Ou seja, a consolidação da China enquanto potência econômica fez com que a demanda por commodities crescesse consideravelmente, aumentando o comércio principalmente de

recursos minerais e energéticos. Além disso, os avanços na renda e padrão de vida nos mercados dos países emergentes elevaram o consumo de alimentos com elevado índice proteico, produtos dos quais o Brasil é produtor eficiente.

Em relação à crise internacional, Cruz, (2010), apontam que a crise internacional, iniciada em meados de 2007, começou a ser configurada com um desequilíbrio em relação aos preços dos ativos, principalmente imóveis, e as condições de alavancagem de bancos e famílias. Ficou claro, durante esse período que diferença entre o potencial de resistência de economias emergentes, e a vulnerabilidade das economias desenvolvidas. A demanda por commodities, continuou elevada, e seus preços se mantiveram elevados, o Brasil teve seu comércio exterior alterado devido a esse cenário, onde ao menos quantitativamente, sua balança comercial apresenta resultados positivos, saltando de um patamar de US\$ 55 bilhões em 2000 para US\$ 256 bilhões em 2011, enquanto as importações de US\$ 56 bilhões para US\$ 226 bilhões. Como consequência, o saldo deficitário de US\$ 700 milhões em 2000 alcançou um superávit de US\$ 30 bilhões em 2011.

Ainda a respeito da crise financeira, designada como a “grande recessão” Farhi (2014), faz um comparativo com a crise de 1929, considerada a mais séria e destrutiva da história, segundo a autora, os pontos em comum entre as crises são, a duração, o impacto na economia internacional, e a necessidade de regulamentar o setor financeiro.

Farhi (2014) decompõe a crise financeira analiticamente, partindo da crise no mercado imobiliário americano em 2007, que culminou na falência do banco de investimentos Lehman Brothers em 2008, demandando uma atuação maciça dos países desenvolvidos na tentativa de salvar as instituições financeiras importantes, aumentando a demanda agregada e tentando reduzir taxas de desemprego. O segundo ponto seria a adoção de políticas monetárias e fiscais, que davam uma esperança de retomada de crescimento econômico, porém foi nessa fase que a crise financeira teve o maior impacto na economia real, causando um elevado índice de desemprego, e um descontentamento generalizado por parte da população. Por outro lado, os países emergentes continuavam estáveis ou crescendo sob liderança da China. A terceira fase ocorrida no período entre 2010 e meados de 2012 caracterizou-se por uma séria

ameaça de nova contração econômica, podendo contagiar toda a economia internacional, havia uma necessidade de contração das dívidas por parte das instituições financeiras e também das famílias, e outro ponto negativo foi o fato de os países da União Europeia implementarem políticas econômicas divergentes uns dos outros, estando mais preocupados com os equilíbrios fiscais, do que com o crescimento econômico sustentável, tal como ocorria nos EUA.

A respeito da posição do Brasil no contexto supracitado, PRATES, BALTAR E SEQUETTO (2014, 79), analisam as implicações significativas na dinâmica do setor externo brasileiro:

A resposta inédita da política anticíclica (sobretudo monetária) adotada pelos países avançados, a recuperação double-speed sob liderança da China em 2009 e 2010, o acirramento da concorrência nos mercados internacional e doméstico de bens manufaturados e os recorrentes episódios de aprofundamento e alívio da crise na área do euro, em 2011 e 2012, afetaram a dinâmica dos fluxos de capitais e comerciais entre o Brasil e o exterior.

PRATES, BALTAR E SEQUETTO (2014) analisam também a balança comercial brasileira em meados de 2010, a qual revela um superávit no que tange a exportação de *commodities* primárias, que retomou a trajetória ascendente de crescimento em comparação ao registrado antes da crise, no entanto, é importante destacar o déficit ocorrido a uma proporção ainda maior do conjunto dos demais produtos da pauta de exportação brasileira, reduzindo deste modo, o saldo comercial total do país.

4. O PERFIL EXPORTADOR BRASILEIRO – UM COMPARATIVO DE 2000 A 2015

FLIGENSPAN, (2015) aponta que a economia mundial vem passando por um período de importantes mudanças estruturais, principalmente quando tratamos dos países emergentes, que passaram a ter notoriedade no comércio internacional. A ascensão da China, como segunda maior economia do mundo é um bom exemplo para esse fato. Juntamente com a China, países como Índia, Rússia, Brasil, dentre outros, passaram a ter um peso crescente na renda mundial.

Sobre esse contexto, serão apresentados abaixo, pontos de importância para que se possa analisar as características do perfil exportador brasileiro, e compreender os fatores que levaram o Brasil a alcançar, mesmo que pequeno, destaque no mercado mundial, tendo como seus principais fatores, a elevação nos preços das commodities, a alteração na pauta de exportações, no sentido da expansão da comercialização internacional de produtos intensivos em recursos naturais, e redução da orientação exportadora da indústria de transformação, induzida pela ampliação do consumo das massas.

Apesar de o Brasil adotar um perfil que vai de encontro com a teoria de Hercksher e Ohlin, quando direciona sua pauta à produtos dotados em recursos naturais, fatores que o país tem em grande quantidade, existe uma grande preocupação em relação a essa “primarização” das exportações brasileiras, uma vez que isso prejudica consideravelmente a competitividade externa em relação a produtos industrializados.

4.1 PARTICIPAÇÃO DO BRASIL DO COMÉRCIO MUNDIAL

Em relação à economia mundial, o Brasil apresenta uma ínfima participação no ranking das exportações. Isso se deve principalmente ao fato de que os 10 primeiros países do ranking de maiores exportadores detêm juntos mais do que 50% das exportações mundiais, entre eles grandes potências como a China, EUA, Alemanha e Japão.

Na TABELA 2 é possível analisar o comparativo do ranking dos maiores exportadores mundiais de 2000 e 2015, onde apesar de historicamente os anos

de 2000 e 2015 compreenderem um curto espaço de tempo, durante esse período ocorreram diversas mudanças estruturais que permitiram algumas alterações no ranking dos maiores países exportadores.

TABELA 2 – 2000 X 2015 RANKING DE EXPORTADORES

País exportador	Exportações*	Posição 2015	(%) 2015	Posição 2000	(%) 2000
China	2.274.949	1	13,8	7	3,9
United States	1.504.914	2	9,1	1	12,1
Germany	1.329.469	3	8,1	2	8,5
Japan	624.939	4	3,8	3	7,4
Netherlands	567.217	5	3,4	9	3,6
Korea, Republic of	526.755	6	3,2	12	2,7
Hong Kong, China	510.596	7	3,1	10	3,1
France	505.897	8	3,1	4	5,1
United Kingdom	460.446	9	2,8	5	4,4
Italy	459.068	10	2,8	8	3,7
Canada	408.475	11	2,5	6	4,3
Belgium	398.158	12	2,4	11	2,9
Mexico	380.772	13	2,3	13	2,6
Singapore	350.506	14	2,1	15	2,1
Russian Federation	340.349	15	2,1	17	1,6
Switzerland	289.874	16	1,8	20	1,3
Chinese Taipei	285.421	17	1,7	14	2,3
Spain	281.836	18	1,7	16	1,8
India	267.147	19	1,6	32	0,3
United Arab Emirat	265.000	20	1,6	30	0,8
Thailand	214.375	21	1,3	23	1,1
Saudi Arabia,	201.739	22	1,2	21	1,2
Malaysia	199.869	23	1,2	18	1,5
Poland	198.243	24	1,2	35	0,2
Brazil	191.134	25	1,2	28	0,9
Australia	188.445	26	1,1	26	1,0
Viet Nam	162.107	27	1,0	50	0,1
Czech Republic	158.164	28	1,0	38	0,2
Austria	152.335	29	0,9	24	1,1
Indonesia	150.282	30	0,9	25	1,0

*Em milhões de dólares

Fonte: Elaborada pela autora com bases nos dados da OMC, 2016

A participação da China merece destaque à presente análise, pois em 15 anos salta de 3% para 13% das exportações mundiais, alcançando a primeira colocação no ranking. Para que a China pudesse obter esse avanço, países como Japão, EUA, e França, perderam participação no ranking.

Em relação ao Brasil, apesar de avançar apenas 3 posições em 15 anos, considerando o cenário mundial, o país obteve proporcionalmente, um crescimento bastante expressivo, tendo seu Market Share aumentado de 0,85% para 1,16%.

A TABELA 3 mostra que os impactos da crise de 2008 foram superados já nos anos seguintes, ocorrendo uma perda somente a partir de 2012. O avanço crescente das exportações de 2000 a 2011 advém principalmente da mudança na pauta de exportações, que será apresentada adiante. No entanto, as consequências da adoção dessa pauta, juntamente com a desaceleração do consumo das famílias, que vinha ascendente até o momento, fizeram com que houvesse um declínio na participação brasileira nas exportações mundiais.

TABELA 3 – PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS BRASILEIRAS NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS

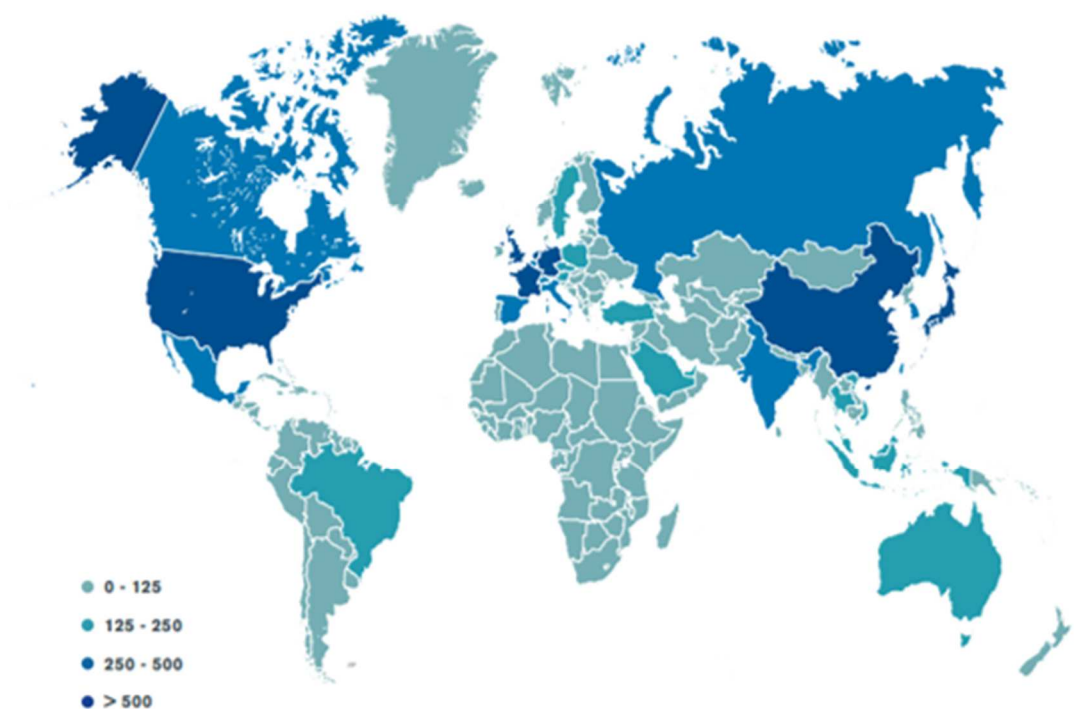
Ano	Brasil*	Mundo*	Part. Brasil (%)
2000	55.119	6.458.000	0,85
2001	58.287	6.195.000	0,94
2002	60.439	6.499.000	0,93
2003	73.203	7.590.000	0,96
2004	96.678	9.223.000	1,05
2005	118.529	10.509.000	1,13
2006	137.807	12.131.000	1,14
2007	160.649	14.023.000	1,15
2008	197.942	16.160.000	1,22
2009	152.995	12.555.000	1,22
2010	201.915	15.301.000	1,32
2011	256.040	18.338.000	1,4
2012	242.578	18.496.000	1,31
2013	242.034	18.948.000	1,28
2014	225.101	18.995.000	1,19
2015	191.134	16.482.000	1,16

*Em milhões de dólares

Fonte: Elaborada pela autora com bases nos dados da OMC, 2016

Apesar do declínio do Brasil em relação à participação das exportações mundiais, em 2015, o país ainda tem destaque entre os países em desenvolvimento no que tange as exportações de mercadorias, conforme será possível observar na figura 1.

FIGURA 1 – COMÉRCIO MUNDIAL DE MERCADORIAS 2015(em bilhões de dólares)



Fonte: Exame estatístico do Comércio Mundial, Organização Mundial do Comércio, Página 16 - 2016

Entre os países de coloração mais forte, está China, EUA, Japão, França, Alemanha e Reino Unido, no segundo patamar de países exportadores, encontramos Canadá, Rússia, Espanha, Itália, Índia e Coreia do Sul, no terceiro range, de países que exportaram de 125 a 250 bilhões de dólares em mercadorias no ano de 2015, encontram-se países como o Brasil, Austrália, Indonésia, Arábia Saudita, Turquia, Suécia, Polônia e Suíça. Demais países estão no quarto nível, com exportações inferiores a 125 bilhões de dólares.

Podemos perceber, que apesar de a FIGURA 1 mostrar que os países desenvolvidos detêm a maior parte do comércio mundial, de acordo com a OMC, em 2015 as economias em desenvolvimento representaram 42% do comércio mundial de mercadorias.

4.2 A PAUTA DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Para que o Brasil pudesse se destacar no comércio mundial, adotaram-se algumas medidas em relação à pauta das exportações, entre elas o expressivo aumento no preço das commodities perante o mercado mundial, e a adoção de uma maior participação de exportações dos produtos intensivos em recursos naturais.

Segundo o IPEA, de 2007 a 2010, as commodities avançaram de 41% para 51% no total dos produtos vendidos do Brasil para o exterior. Há diversas críticas em relação à essa decisão de tornar o Brasil um país exportador de commodities, entre elas está a do ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, que afirmou à uma reportagem do IBGE de 2011, que o Brasil estaria se tornando um país semelhante ao México, e que isso não era bom, assim como não seria interessante ser semelhante à Holanda da década de 60, onde num primeiro momento obteve um grande avanço nas suas receitas de exportações advindas do aumento dos preços do gás, mas em seguida, teve sua competitividade industrial fortemente afetada. Ou seja, havia grande preocupação relacionada ao comprometimento da indústria brasileira no longo prazo.

Na sequência serão apresentados alguns dados que permitirão uma melhor compreensão desses fatores.

Na TABELA 4, é possível observar que em 2000, 38% das exportações brasileiras correspondiam à produtos básicos mais semimanufaturados, contra 59% de produtos manufaturados, em 2011 foi possível observar uma inversão desses percentuais, onde 61,9% correspondia a produtos básicos e semimanufaturados contra 36,3 de exportações de produtos manufaturados.

TABELA 4 – EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO: 2000 A 2015

ANO	BÁSICOS		SEMIMANUFATURADOS		MANUFATURADOS		Part. % s/ Total Geral		
	Valor	Var. % (*)	Valor	Var. % (*)	Valor	Var. % (*)	Básicos	Semimaf.	Manuf.
2000	12.562	6,2	8.499	6,5	32.528	19	22,8	15,4	59
2001	15.342	22,1	8.244	-3	32.901	1,1	26,4	14,2	56,5
2002	16.952	10,5	8.964	8,7	33.001	0,3	28,1	14,9	54,7
2003	21.179	24,9	10.943	22,1	39.654	20,2	29	15	54,3
2004	28.518	34,7	13.431	22,7	52.948	33,5	29,6	13,9	54,9
2005	34.721	21,8	15.961	18,8	65.144	23	29,3	13,5	55,1
2006	40.285	16	19.523	22,3	75.018	15,2	29,2	14,2	54,4
2007	51.596	28,1	21.800	11,7	83.943	11,9	32,1	13,6	52,3
2008	73.028	41,5	27.073	24,2	92.682	10,4	36,9	13,7	46,8
2009	61.957	-15,2	20.499	-24,3	67.349	-27,3	40,5	13,4	44
2010	90.005	45,3	28.207	37,6	79.563	18,1	44,6	14	39,4
2011	122.457	36,1	36.026	27,7	92.929	16,8	47,8	14,1	36,3
2012	113.454	-7,4	33.042	-8,3	90.878	-2,2	46,8	13,6	37,5
2013	113.023	-0,4	30.526	-7,6	93.800	3,2	46,7	12,6	38,7
2014	109.557	-3,1	29.066	-4,8	81.684	-12,9	48,7	12,9	36,3
2015	87.188	-20,4	26.463	-9	72.791	-10,9	45,6	13,8	38,1

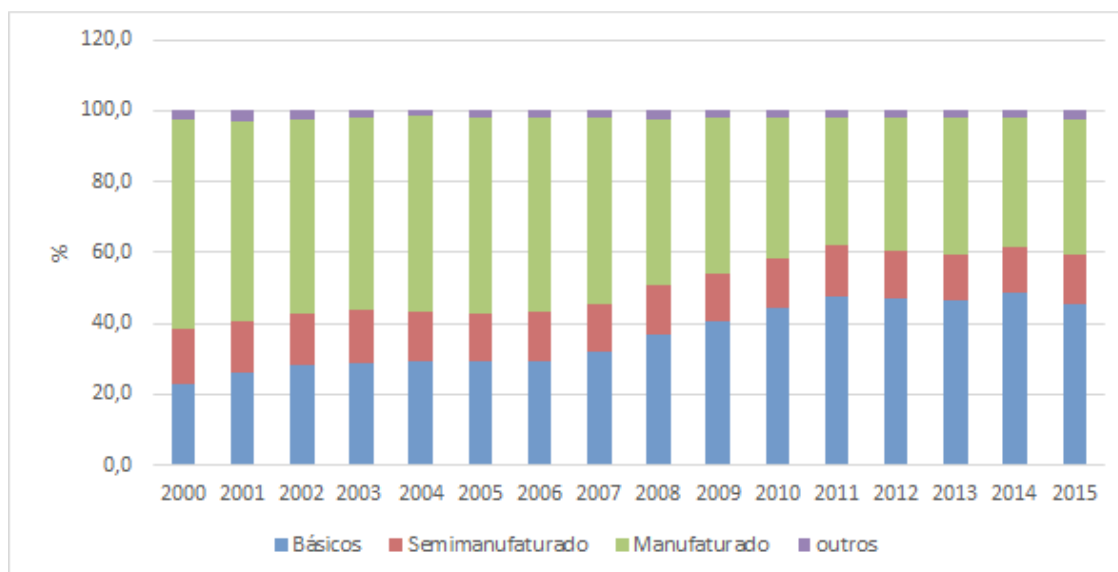
Valores em US\$ milhões FOB.

(*) Variação % sobre o período anterior

Fonte e elaboração: SECEX/MDIC

O GRÁFICO 3 apresenta a evolução das exportações brasileiras em relação aos fatores agregados, onde é possível visualizar o avanço das exportações de produtos básicos, em detrimento da redução de exportações de produtos manufaturados.

GRÁFICO 3: EXPORTAÇÃO BRASILEIRA POR FATOR AGREGADO: 2000 A 2015



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SECEX/MDIC.

Negri e Alvarenga (2011) apontam a exportação do minério de ferro e do açúcar como os principais impulsionadores do aumento da participação das commodities na pauta das exportações brasileiras. O Brasil perde desde 2005 participação no Market Share de todos os produtos da pauta, com exceção às commodities primárias, e outros (item que inclui o petróleo).

TABELA 5: PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS POR CATEGORIA DE PRODUTO, SEGUNDO INTENSIDADE TECNOLÓGICA (2000 A 2009)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Commodities										
Primárias	2,77	3,12	3,13	3,33	3,57	3,77	3,70	3,72	4,23	4,66
Mão de Obra e recursos Naturais	0,90	0,94	0,93	0,96	1,06	1,05	1,06	1,01	0,89	0,78
Baixa intensidade	1,18	1,09	1,18	1,27	1,55	1,55	1,37	1,26	1,43	1,15
Média intensidade	0,63	0,65	0,63	0,71	0,94	0,94	0,94	0,86	0,87	0,74
Alta intensidade	0,52	0,53	0,47	0,40	0,50	0,50	0,51	0,51	0,54	0,49
Outros	0,34	0,54	0,64	0,63	0,67	0,67	0,75	0,85	0,85	0,95
Total	0,88	0,97	0,96	0,99	1,16	1,16	1,17	1,18	1,26	1,26

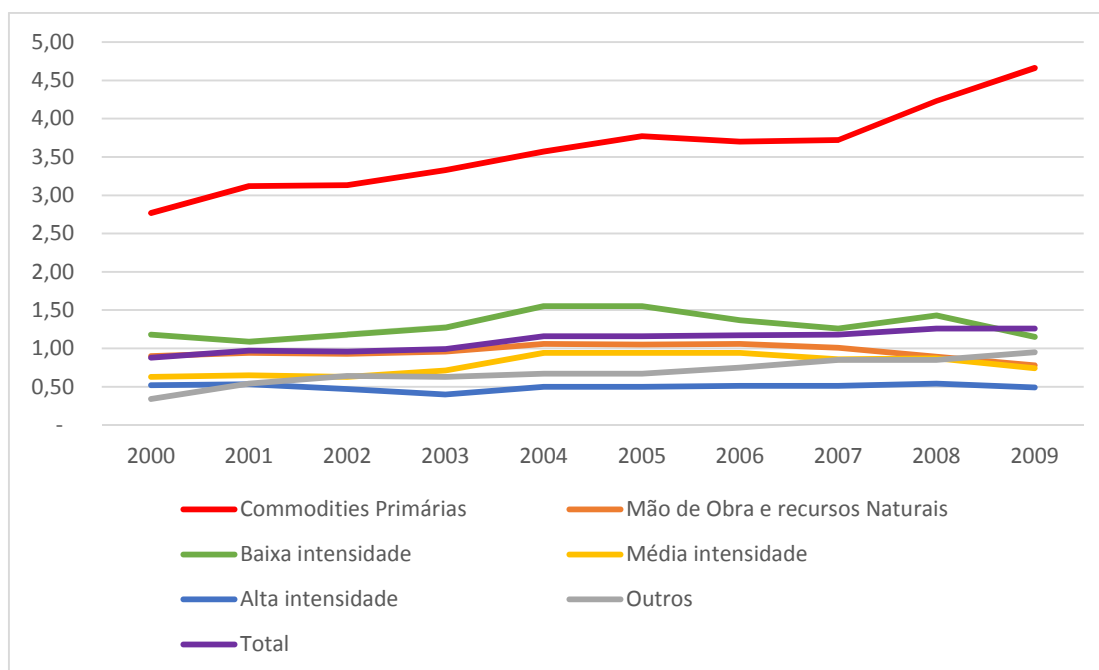
Fonte: Secex/MDIC – Dados elaborados por Fernanda De Negri e Gustavo Alvarenga, disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3464/1/Radar_n13.pdf página 10.

Na TABELA 5 é possível observar a participação do Brasil nas exportações mundiais por categoria de produto, segundo intensidade tecnológica, considerando o período de 2000 a 2009 que é o período onde ocorreram as principais mudanças. Importante ressaltar que como um todo, a participação do Brasil nas exportações mundiais aumentou consideravelmente, mas que o fator deste aumento cabe à exportação das commodities primárias que conforme aponta a tabela, de 2000 a 2009, aumentou em 1,89 pontos percentuais, destaque também à queda na participação dos produtos que envolvem alta intensidade tecnológica. Cabe destaque também ao crescimento expressivo da categoria “outros”, que tratam-se de processo de reexportação, onde o produto não passa por nenhum processo interno, sendo direcionado do fornecedor diretamente ao cliente final.

No GRÁFICO 4 é possível observar mais nitidamente o expressivo crescimento da participação das commodities nas exportações brasileiras. Segundo Negri e Alvarenga (2011), a conjuntura internacional contribuiu

fortemente para isso, de modo que com a crise internacional, a “primarização” da pauta brasileira tornou-se ainda mais explícita. Apesar da forte retração do comércio mundial, a economia chinesa continuava demandando cada vez mais commodities brasileiras, tornando assim, a China o principal parceiro comercial do Brasil.

GRÁFICO 4: PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS POR CATEGORIA DE PRODUTO, SEGUNDO INTENSIDADE TECNOLÓGICA (2000 A 2009)



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Secex/MDIC

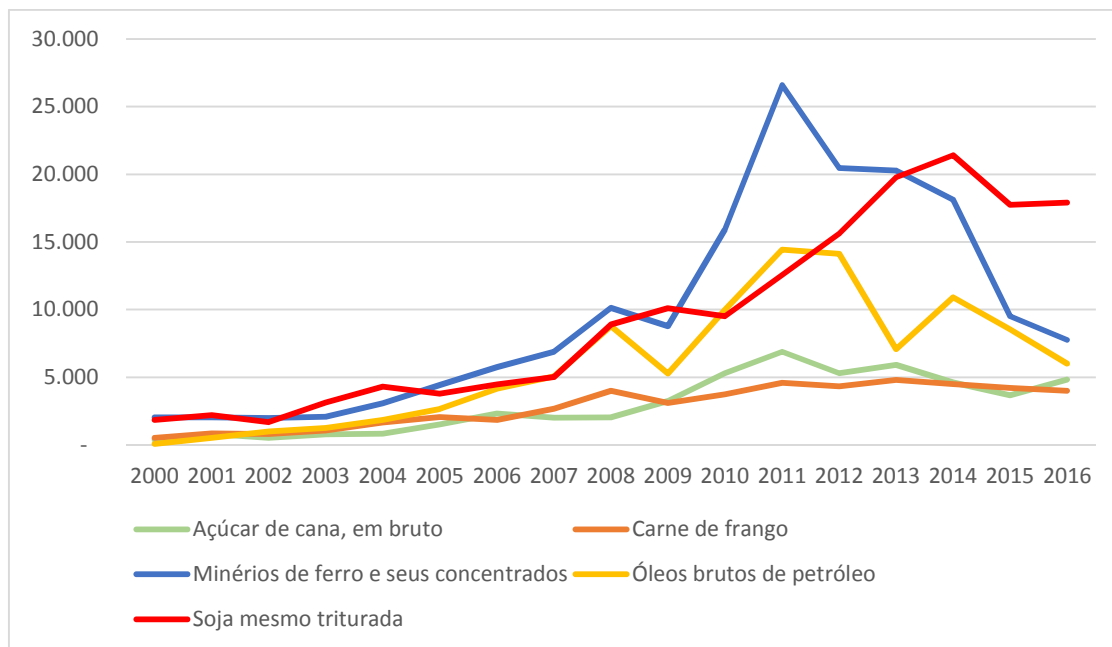
Negri e Alvarenga (2011) temem que a valorização internacional das commodities, num cenário de câmbio alto, no decorrer do tempo, possa ter uma séria repercussão no Futuro. Apesar de o Brasil ter uma indústria forte, sustentada por uma grande demanda interna, existe certo receio de que a perda da competitividade internacional da indústria brasileira possa acarretar em um processo chamado “desindustrialização”.

É importante destacar os principais produtos exportados pelo Brasil, e sua competitividade diante destes mercados. Entre os 5 principais estão: soja, minérios de ferro, óleos brutos de petróleo, açúcar e carne de frango.

O GRÁFICO 5 apresenta a evolução dos 5 principais produtos exportados pelo Brasil no período de janeiro a setembro de 2000 até o mesmo

período de 2016. No início de 2000, esses produtos representavam menos de 14% da pauta brasileira, já em 2011, a participação chegou a 39%.

GRÁFICO 5: DESEMPENHO DOS 5 PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO BRASIL DE 2000 A 2016 (JANEIRO A SETEMBRO) – EM MILHÕES DE DÓLARES



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Secex/MDIC

É importante destacar a oscilação da participação do minério de ferro, ocorrida em meados de 2009, quando, obteve um crescimento expressivo impulsionado pelas altas cotações, o que estava atrelado ao aumento da demanda mundial, principalmente por parte da China, por consequência, a redução dessa própria demanda, causada por reflexos da crise mundial, e também pelo fato de que a China, principal importador de minério de ferro, vem aumentando sua produção interna, corroborou com uma queda busca nos preços das commodities minerais para os anos seguintes, voltando em 2015 para uma performance aproximada a de 2008.

Na TABELA 6 é possível observar os detalhes de cada ano e os oito principais produtos exportados pelo Brasil. Destaque também ao aumento de exportações de soja, que até 2014 esteve em constante ascensão, e nos últimos anos se mantém estável, porém com perspectivas favoráveis de que o Brasil se mantenha como o maior exportador de soja do mundo.

TABELA 6 – RANKING DOS 10 PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS ENTRE JANEIRO E SETEMBRO DE 2000 A 2016

	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000
Soja mesmo triturada	17.907	17.731	21.411	19.768	15.616	12.555	9.503	10.108	8.884	5.018	4.482	3.782	4.294	3.119	1.690	2.211	1.842
Minérios de ferro e seus concentrados	7.756	9.500	18.130	20.269	20.466	26.592	15.925	8.779	10.128	6.892	5.743	4.428	3.075	2.091	1.976	2.036	2.044
Óleos brutos de petróleo	6.010	8.534	10.906	7.077	14.130	14.424	9.987	5.275	8.773	5.066	4.131	2.638	1.844	1.255	996	526	60
Açúcar de cana, em bruto	4.834	3.675	4.622	5.903	5.299	6.878	5.303	3.236	2.032	2.011	2.319	1.509	835	783	529	804	370
Carne de frango	3.999	4.220	4.482	4.794	4.320	4.588	3.732	3.109	3.988	2.677	1.834	2.068	1.643	1.053	795	850	526
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	3.875	4.044	5.003	4.259	4.205	3.832	2.971	3.208	2.962	1.924	1.569	1.939	2.279	1.540	1.140	1.334	1.108
Celulose	3.631	3.542	3.498	3.425	3.055	3.309	3.085	2.049	2.645	1.954	1.626	1.269	1.119	1.136	704	899	1.137
Carne de bovino	2.897	2.908	3.834	3.319	2.800	2.690	2.641	1.894	2.717	2.312	1.926	1.723	1.249	654	471	443	349
Automóveis de passageiros	2.893	2.139	2.202	3.545	2.491	2.684	2.796	1.951	3.241	2.989	3.078	2.875	2.135	1.596	1.185	1.329	1.117
Café cru em grão	2.803	3.686	3.646	3.077	3.672	4.849	2.835	2.339	2.395	2.113	1.711	1.686	1.029	778	664	806	1.045
Total Geral	123.571	128.348	154.018	156.655	160.596	166.714	126.097	97.934	130.843	102.433	88.380	76.226	61.486	45.579	37.074	39.660	36.693

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da SECEX/MDIC.

4.3 A COMPETITIVIDADE BRASILEIRA NO MERCADO DE SEUS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS

Entre 2000 e 2011, o Brasil aumentou consideravelmente seu nível de exportações de produtos primários, de modo a obter um aumento expressivo de seu Market Share mundial saindo de 0,85% em 2000 para 1,4% em 2011. Na presente seção, será possível observar a participação do Brasil no mercado de seus três principais produtos, são eles a Soja, Minério de ferro e óleos brutos de petróleo.

TABELA 7 – PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DE SOJA BRASILEIRA – 2015

DISCRIMINAÇÃO	2015 (Jan a Out)*	Part %
TOTAL GERAL	160.545	100
1. Soja mesmo triturada	20.151	12,55
China	15.243	75,64
Espanha	822	4,08
Países Baixos (Holanda)	581	2,88
Tailândia	575	2,85
Taiwan (Formosa)	360	1,79
Coreia do Sul	276	1,37
Irã	211	1,05
Rússia	192	0,95
Alemanha	176	0,87
Itália	34	0,17
DEMAIS PAÍSES	1.682	8,35

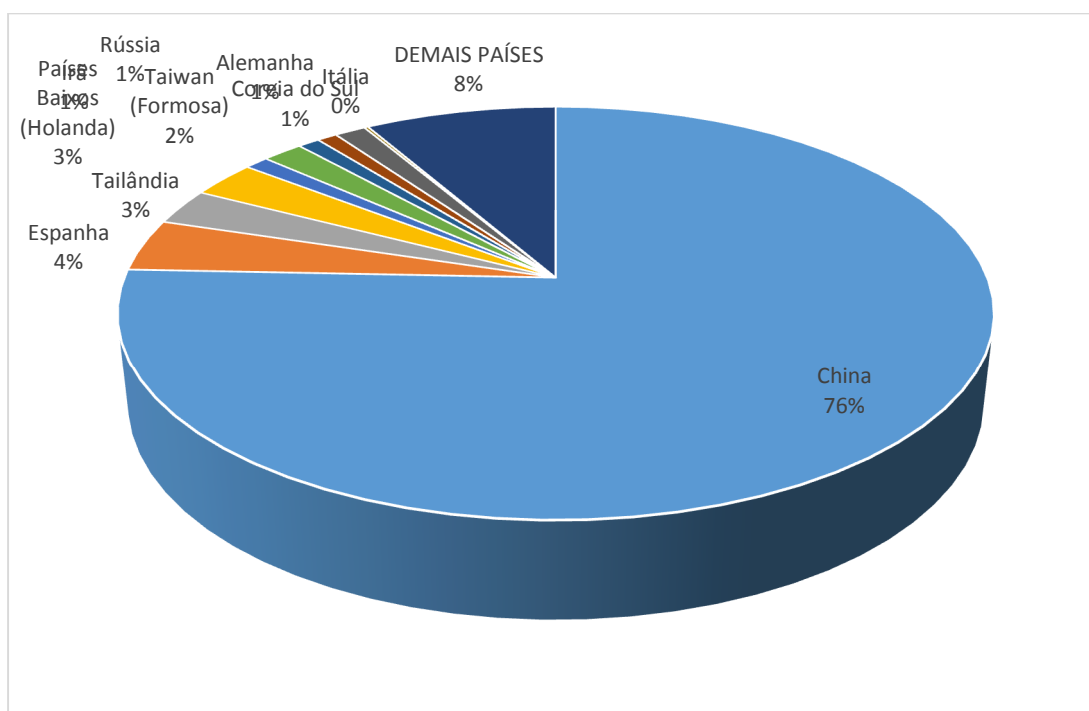
*Valores em milhões de dólares

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Secex/MDIC

Conforme dados da TABELA 7, e como se pode observar no GRÁFICO 6, em 2015 a China foi responsável por mais de 75% das importações de soja brasileira, deixando aos demais países uma pequena fatia dessa produção.

A soja é o carro-chefe do agronegócio brasileiro, tendo a China como seu principal importador, a comercialização internacional da soja tem crescido consideravelmente.

GRÁFICO 6: PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DE SOJA BRASILEIRA – 2015



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Secex/MDIC

Os EUA utilizam grande parte do que produzem para o consumo interno, além desses, a Argentina desempenha importante papel na produção mundial da soja, estando na terceira colocação (de produtor e de exportador), mesmo tendo um expressivo consumo interno de 82,8% de sua produção, conforme dados do departamento de agricultura dos EUA (USDA) relacionado principalmente à alimentação de gados.

TABELA 8 – PRINCIPAIS EXPORTADORES DE SOJA EM GRÃOS – 2012/2016

	Exportação					
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	Oct 2016/17	Nov 2016/17
Brazil	41.904	46.829	50.612	54.383	58.400	58.400
USA	36.129	44.594	50.143	52.688	55.112	55.792
Argentina	7.738	7.842	10.573	9.920	9.650	9.250
Paraguay	5.518	4.800	4.488	5.300	5.300	5.300
Canada	3.470	3.469	3.854	4.258	4.000	4.000
Other	6.043	5.143	6.548	5.593	6.317	6.417
Total	100.802	112.677	126.218	132.142	138.779	139.159

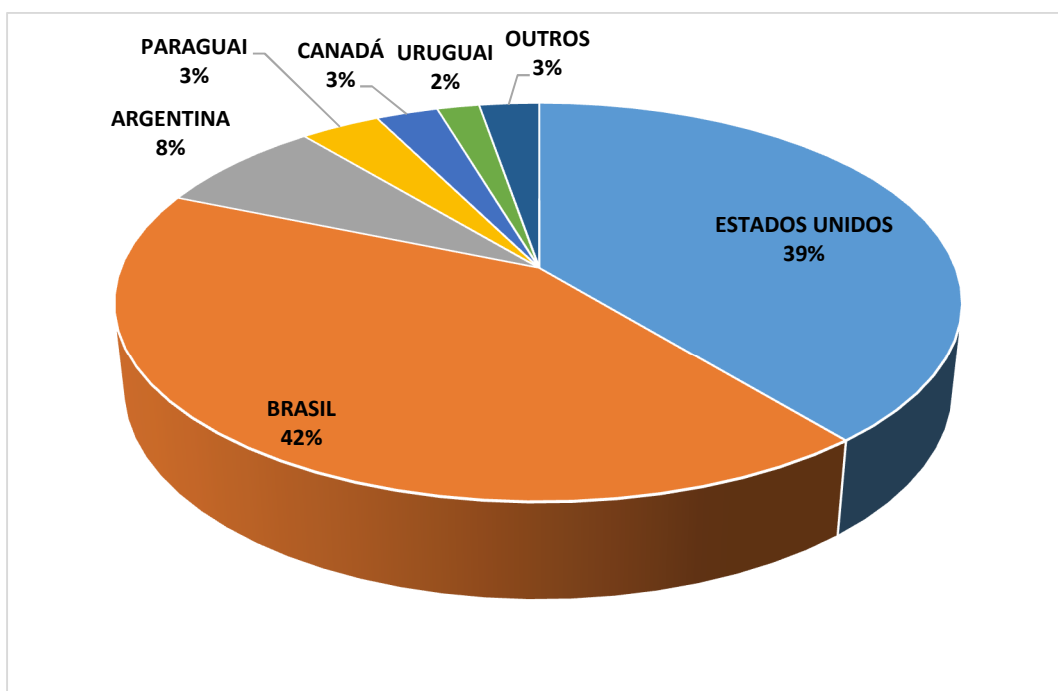
*Valores em toneladas

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da USDA

Conforme dados da TABELA 8, o Brasil encontra-se atualmente na primeira colocação enquanto exportador de soja em grãos, sua quantidade segue crescendo a cada ano.

No GRÁFICO 7 é possível visualizar os exportadores de soja em grãos.

GRÁFICO 7: PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES DE SOJA EM GRÃOS – 2015/2016



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da USDA

Apesar de os EUA ocuparem a primeira posição em relação à produção de soja no mundo, seu consumo interno é bastante alto, conforme pode ser observado na TABELA 9, de modo que perca uma posição quando tratamos de exportações, tal como pode ser observado no GRÁFICO 7.

O Brasil está entre os quatro maiores consumidores de soja no mundo (14%), apenas atrás da China (30%), dos Estados Unidos (18%) e da Argentina (15%). Estes quatro países representam 77% do consumo de soja no mundo em 2016. (TABELA 9)

A soja representa uma cultura de exportação, visto que seu nível de produção é alto sustentável, de modo que o Brasil não precise importá-la, ou seja, qualquer excedente na produção da soja representa um aumento no volume de exportações.

TABELA 9 – PRINCIPAIS CONSUMIDORES DE SOJA EM GRÃOS – 2012/2016

Consumo						
	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	Oct 2016/17	Nov 2016/17
China	64.950	68.850	74.500	81.300	86.500	86.500
USA	45.967	47.192	50.975	51.335	53.070	52.526
Argentina	33.611	36.173	40.017	43.230	44.300	44.300
Brazil	35.235	36.861	40.435	39.901	40.500	40.500
UE	12.500	13.400	13.600	14.800	13.800	13.800
India	10.000	8.200	6.800	5.950	7.600	7.600
Mexico	3.650	4.030	4.175	4.400	4.500	4.650
Russia	2.220	3.400	3.650	4.050	4.000	4.150
Paraguay	2.950	3.350	3.650	3.700	3.800	3.800
Bolivia	2.175	2.250	2.500	2.800	2.800	2.800
Egypt	1.710	1.680	1.950	1.200	2.400	2.400
Iran	300	450	1.450	2.100	2.300	2.300
Taiwan	1.920	1.925	2.100	2.150	2.250	2.250
Japan	1.915	1.969	2.150	2.283	2.200	2.200
Thailand	1.500	1.500	1.825	2.400	2.200	2.200
Other	9.979	11.068	13.459	14.580	16.268	16.198
Total	230.582	242.298	263.236	276.179	288.488	288.174

*Valores em toneladas

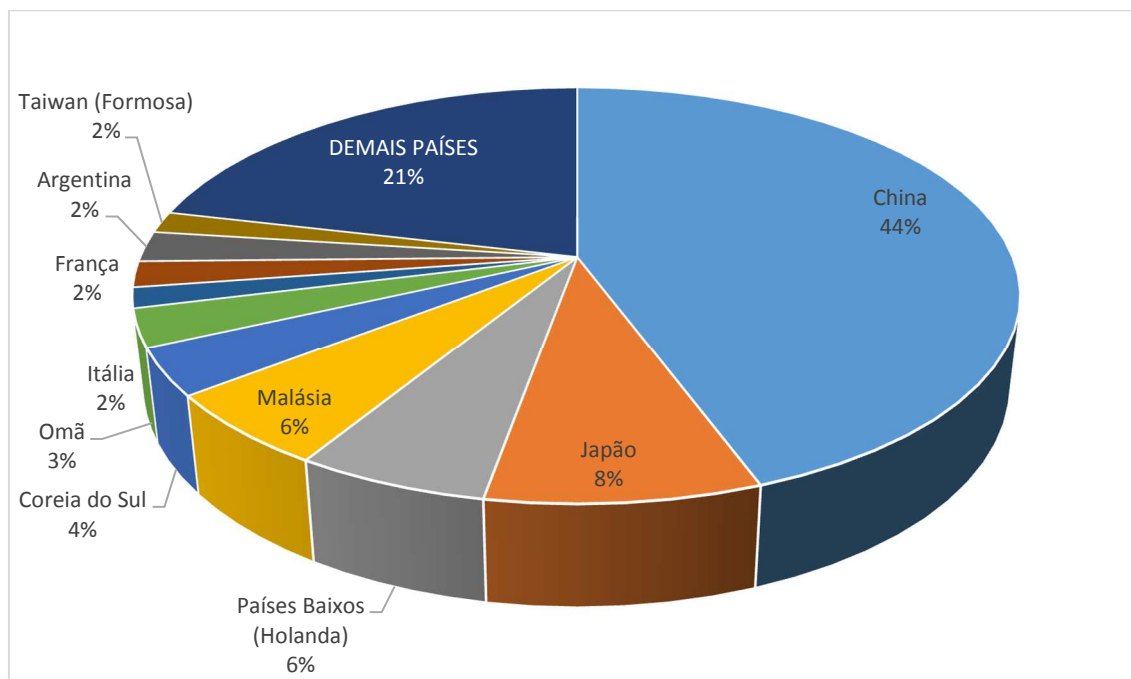
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da USDA

Outro importante produto de grande importância para a pauta de exportação brasileira é o minério de ferro, que apesar das recentes oscilações nos preços, ocupa atualmente a segunda colocação entre os principais produtos exportados pelo Brasil.

O GRÁFICO 8 apresenta os principais países importadores de minério de ferro do Brasil, novamente a China aparece como o maior demandante desde recurso.

De acordo com o GRÁFICO 8, a maior parte da produção brasileira de minério de ferro se destina sucessivamente à China, aos países da União Europeia e ao Japão.

GRÁFICO 8: PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO BRASILEIRO – 2015



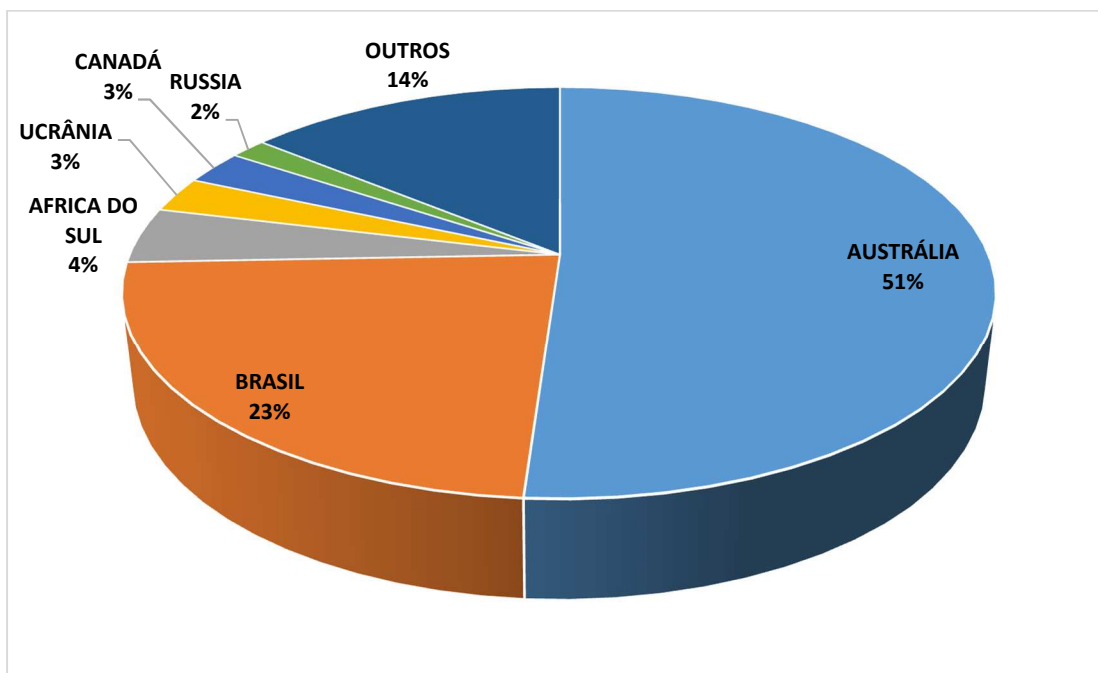
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Secex/MDIC

Apesar de a China importar uma quantidade expressiva de minério de ferro do Brasil, é o país que mais produz o recurso, seguido pela Austrália, e por fim o Brasil, segundo dados da World Steell, a China detêm 43% da produção mundial de minério de ferro, enquanto o Brasil é responsável por 11,4%. A China importa 62% de seu consumo.

Para que se possa ter uma melhor percepção em relação à competitividade brasileira na exportação de minério de ferro, é interessante analisar o GRÁFICO 9.

Atualmente a condição do Brasil enquanto exportador de minério de ferro é favorável, e pode aumentar ainda mais com a crescente demanda chinesa, no entanto, no médio prazo podem ocorrer desafios técnicos relacionados à logística, que poderia comprometer a qualidade do recurso. Ou seja, devem haver investimentos em pesquisa e desenvolvimento que favoreçam e otimizem a comercialização do produto, de modo que o Brasil esteja preparado para um aumento da demanda.

GRÁFICO 9: PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES DE MINÉRIO DE FERRO – 2015/2016

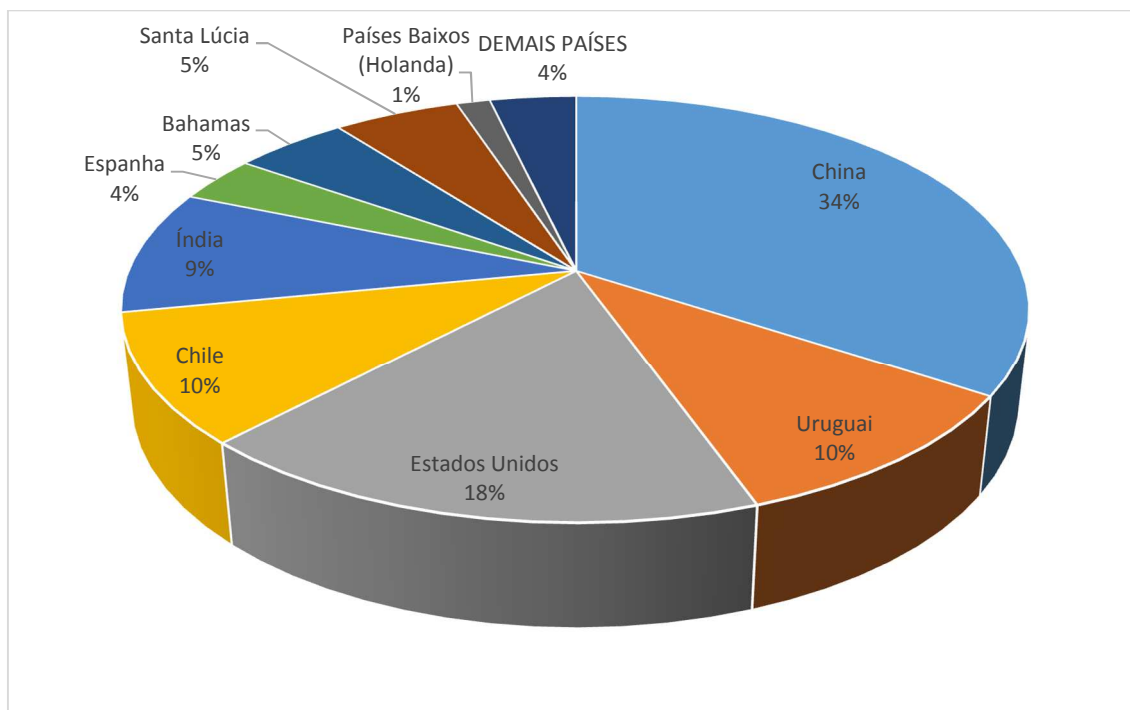


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da World Steel

O GRÁFICO 9 mostra a Austrália como responsável por mais da metade das exportações de minério de ferro do mundo, o Brasil ocupa a segunda posição, com 23%. Vale ressaltar que a Austrália detém 20,6% da produção mundial de minério de ferro, no entanto, por ser um país pequeno, a maior parte de sua produção se destina ao mercado externo.

Na terceira posição da pauta brasileira está a exportação de óleos brutos de Petróleo, que ao contrário dos anteriores, possui a maior parte de sua produção voltada ao mercado interno, sendo segundo a Associação Nacional do Petróleo, apenas 22% utilizado para exportação, cujos principais importadores são a China, os EUA, Uruguai, Chile e Índia.

GRÁFICO 10: PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DE ÓLEO DE PETRÓLEO DO BRASIL – 2015



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Secex/MDIC

O GRÁFICO 10 mostra que a China e os EUA são os maiores importadores do óleo bruto de Petróleo do Brasil, que por sua vez ocupa papel de destaque na produção mundial, representando, segundo dados da ANP, 2,3% da produção mundial, além de possuir um dos maiores parques fabris de refino de óleo. Cabe destacar também, que 20% das exportações brasileiras de óleo de petróleo são destinados à países da América Latina (Chile e Uruguai), bem como 9% para a Índia.

4.4 PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL

A China possui papel de destaque quando falamos de destino das exportações brasileiras, principalmente em volume, e representatividade. Além dela, outros 4 países representam o papel de importantes interlocutores comerciais do Brasil.

A FIGURA 2 mostra quais são os 5 principais parceiros comerciais do Brasil.

FIGURA 2 – PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS DO BRASIL – 2015



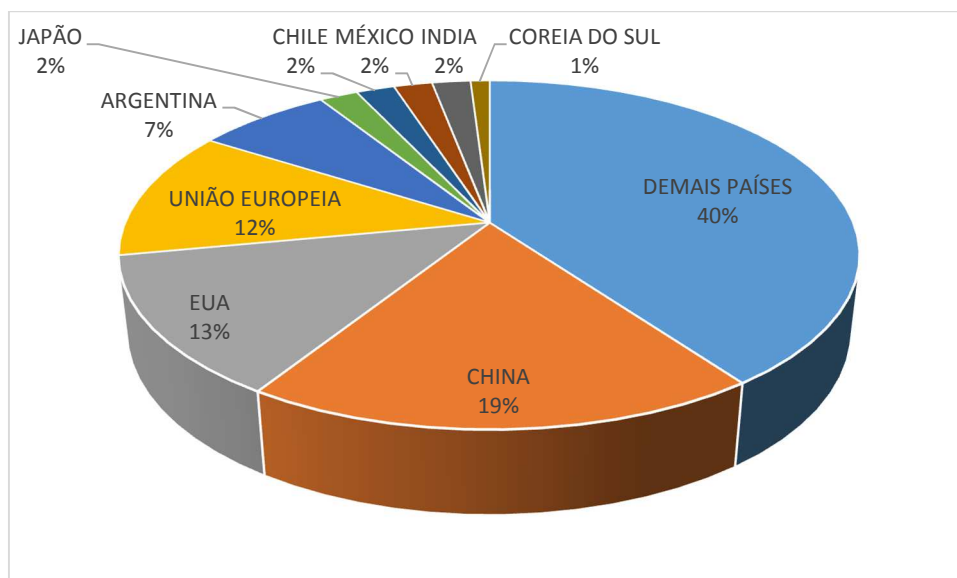
Fonte: OMC – Disponível em https://www.wto.org/spanish/res_s/statis_s/statis_maps_s.htm

Segunda A FIGURA 2, a União Europeia, a China, os EUA, Argentina e Japão representam sucessivamente os 5 maiores parceiros comerciais do Brasil. O que pode ser observado é que o país tem relações comerciais com importantes potências mundiais, mas que também permanece com uma parceria muito forte junto à Argentina. Vale ressaltar que a OMC unifica os países da União Europeia, mas quando tratamos de nações separadas, a China possui a maior demanda de exportações brasileiras.

No GRÁFICO 11 é possível observar o ranking dos principais países que importam mercadorias brasileiras.

Apesar de a parte que cabe aos demais países ser bastante expressiva, o que podemos destacar do GRÁFICO 11 é uma dependência expressiva da China, uma boa parte dos EUA e da UE, e o restante está bastante diversificado, de modo que pode ser observada uma vantagem para o Brasil, pois isso denota que o país tem menos chance de ter grandes impactos externos em caso de alguma crise mundial, como ocorreu em 2008, quando o Brasil obteve uma rápida recuperação em relação a outros países

GRÁFICO 11: PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DE PRODUTOS BRASILEIROS



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Secex/MDIC

Em relação à China, o principal produto exportado é a Soja, seguido pelo minério de ferro, e óleos brutos de petróleo; os EUA vem na segunda colocação, onde existe uma pauta bastante diferente da praticada com a China, aqui aparecem as exportações de aviões, processos de reexportação, e produtos semimanufaturados; e em relação à Argentina a pauta permeia em veículos em geral e seus componentes.

Cabe destacar que apesar de envolver produtos manufaturados e semimanufaturados exportados para EUA e Argentina, como a China e a maioria dos demais países detêm uma pauta tomada por commodities, estas representam a maior parcela de exportações brasileiras. Na TABELA 10 é possível observar um comparativo entre os principais parceiros do Brasil em 2000 e em 2015.

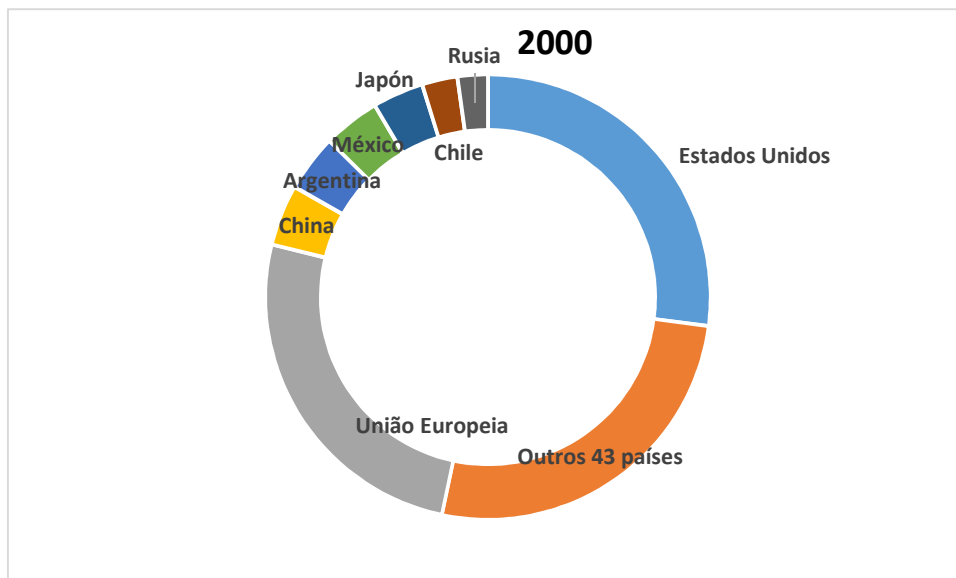
TABELA 10 – BRASIL - PRINCIPAIS PARCEIROS COMERCIAIS – 2000 X 2015

2000		2015	
Parceiro	% sobre Total	Parceiro	% sobre Total
1 Estados Unidos	25,44	1 China	20
2 Países Baixos	5,27	2 Estados Unidos	12,61
3 Alemanha	4,2	3 Argentina	6,78
4 China	4,18	4 Países Baixos	5,17
5 México	3,88	5 Alemanha	2,73
6 Argentina	3,88	6 Japón	2,34
7 Japón	3,48	7 Chile	2,07
8 Bélgica	3,13	8 México	1,83
9 Itália	3,01	9 Índia	1,79
10 Reino Unido	2,93	10 Itália	1,67
11 França	2,52	11 Venezuela	1,59
12 Chile	2,42	12 Bélgica	1,58
13 Rússia	2,07	13 Espanha	1,56
14 Espanha	1,83	14 Reino Unido	1,52
15 [No Declarados]	1,53	15 Coreia (Sur), Rep.de	1,48
16 Coreia (Sur), Rep.de	1,41	16 Arábia Saudita	1,4
17 Venezuela	1,32	17 Uruguai	1,39
18 Canadá	1,29	18 [No Declarados]	1,38
19 Índia	1,08	19 Emtos. Arabes Unidos	1,33
20 Emtos. Arabes Unidos	1,08	20 Rússia	1,32
21 Colômbia	1,05	21 Paraguai	1,3
22 Portugal	0,96	22 França	1,25
23 Paraguai	0,93	23 Singapura	1,22
24 Arábia Saudita	0,92	24 Canadá	1,12
25 Hong Kong	0,87	25 Colômbia	1,11
26 Nigéria	0,84	26 Egito	1,1
27 Irã, R. Islâmica de	0,81	27 Hong Kong	1,07
28 África do Sul, Rep.de	0,79	28 Indonésia	1,01
29 Singapura	0,78	29 Tailândia	0,92
30 Suíça	0,74	30 Vietnã	0,92
31 Peru	0,72	31 Peru	0,9
32 Taiwan (Formosa)	0,71	32 Malásia	0,88
33 Bolívia	0,7	33 Irã, R. Islâmica de	0,79
34 Uruguai	0,68	34 Taiwan (Formosa)	0,78
35 Equador	0,64	35 Bolívia	0,74
36 Egito	0,64	36 África do Sul, Rep.de	0,72
37 Tailândia	0,58	37 Turquia	0,71
38 Malásia	0,47	38 Suíça	0,65
39 Indonésia	0,42	39 Bangladesh	0,59
40 Austrália	0,42	40 Argélia	0,49
41 Santa Lúcia	0,4	41 Portugal	0,45
42 Marrocos	0,39	42 Bahamas	0,37
43 República Dominicana	0,35	43 Noruega	0,37
44 Turquia	0,34	44 Nigéria	0,36
45 Caimão, Ilhas	0,34	45 Santa Lúcia	0,36
46 Angola	0,33	46 Equador	0,34
47 Suécia	0,3	47 Angola	0,34
48 Porto Rico	0,3	48 Filipinas	0,34
49 Noruega	0,28	49 Omã	0,32
50 Costa Rica	0,27	50 Antilhas Holandesas	0,3

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da ALADI

Na TABELA 10 pode ser notada uma considerável mudança, principalmente quando se observa que a China detinha apenas 4% das importações brasileiras no ano 2000 contra aproximadamente 20% em 2015, saindo da quarta para a primeira colocação.

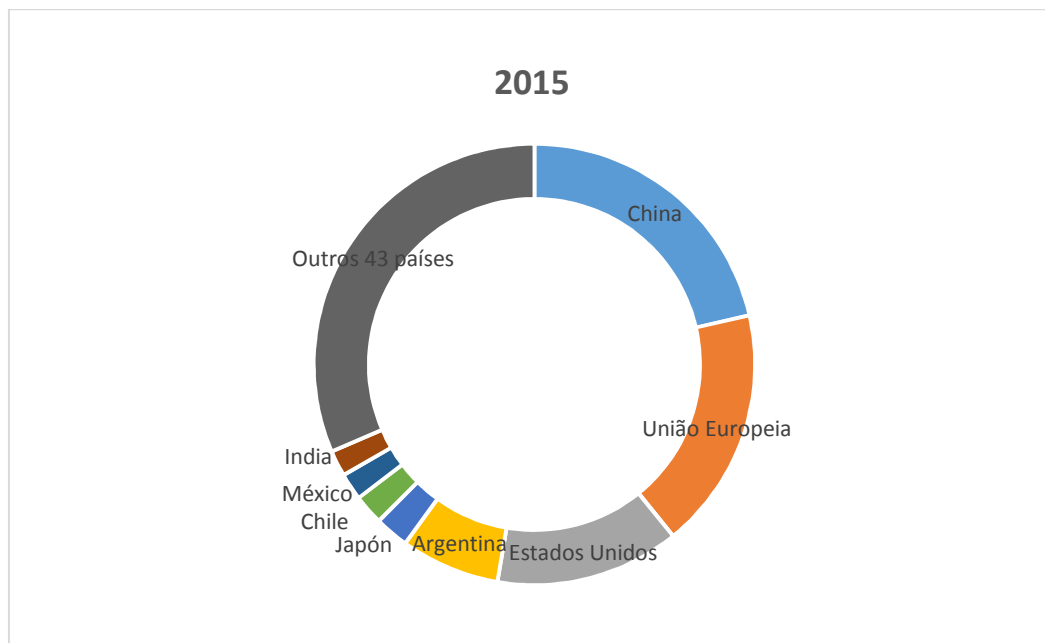
GRÁFICO 12: PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DE PRODUTOS BRASILEIROS - 2000



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da ALADI

Nos gráficos 12 e 13 é possível fazer um comparativo interessante em relação aos principais parceiros comerciais do Brasil. A China que em 2000 estava no mesmo patamar de outros 5 países, em 2015 apresenta um cenário totalmente favorável, e ocupa a primeira posição no ranking. Entre os fatores que corroboraram para que a China estivesse em primeira colocação, está seu crescimento acelerado nos últimos anos, mas também o fato de os EUA e a UE estarem crescendo a taxas menores.

GRÁFICO 13: PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DE PRODUTOS BRASILEIROS – 2015



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da ALADI

O Brasil possui grandes possibilidades de seguir sendo um importante exportador de commodities para a China, no entanto, existem diversos fatores relacionados à parte de logística de transportes e de portos, que deve ser readequado aos moldes de uma economia cada vez mais globalizada, e com uma demanda chinesa ascendente.

Outros dois pontos que valem destacar do GRÁFICO 13 são, primeiro, o crescimento da demanda Argentina, que assim como outros países da América Latina está mais voltada aos manufaturados, e segundo, cabe destaque também ao México, que devido à proximidade com os EUA, e abertura comercial do último governo americano, acabou obtendo mais vantagens em importar diretamente de seu vizinho, reduzindo as importações de mercadorias brasileiras.

4.5 BALANÇA COMERCIAL

Os bons resultados das exportações contribuem para um saldo positivo na balança comercial brasileira, analisando os resultados dos anos de 2000 a 2015, é possível observar excelentes superávits, causados principalmente pela influência das altas cotações internacionais das commodities, que como

apresentado nos capítulos anteriores, representa a maior parte da pauta de exportação brasileira.

Na TABELA 11 é possível observar os saldos da balança comercial brasileira para o período estudado. A partir do ano de 2001 a balança comercial começou a gerar superávits crescentes, alcançando seu maior saldo no ano de 2006, onde as exportações superaram as importações em mais de 38 bilhões de dólares de janeiro a outubro.

TABELA 11 – BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA – JANEIRO A OUTUBRO 2000 A 2016

ANO	EXPORTAÇÃO*	IMPORTAÇÃO*	SALDO*
2000	46.062	45.923	139
2001	49.429	47.882	1.546
2002	50.054	39.952	10.102
2003	60.449	40.052	20.397
2004	79.287	51.072	28.215
2005	96.804	60.328	36.476
2006	113.646	75.480	38.166
2007	132.367	97.994	34.373
2008	169.372	148.365	21.007
2009	125.879	103.386	22.493
2010	163.310	148.798	14.511
2011	212.139	186.716	25.423
2012	202.358	185.012	17.345
2013	200.326	202.409	-2.082
2014	191.965	193.890	-1.926
2015	160.545	148.297	12.248
2016	153.087	114.562	

*Valor FOB em bilhões de dólares

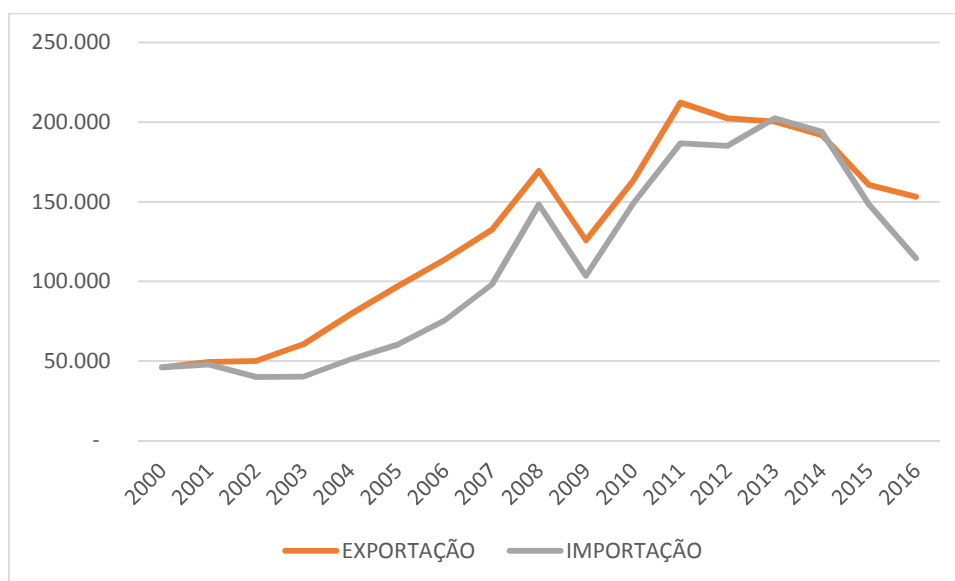
Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da SECEX/MDIC

Analisando os dados da TABELA 11 quantitativamente, observa-se resultados positivos, porém a responsabilidade do Brasil sobre esses fatores é muito pequena quando comparada à fatores externos, afinal uma vez que a pauta é composta principalmente por commodities e que as cotações internacionais desses produtos fogem do controle do Brasil, assim como as quantidades a serem exportadas, os fatores externos representam aproximadamente 70% das exportações brasileiras. Ou seja, o que mais determina os resultados da balança comercial brasileira são o mercado e o

cenário econômico externo, os quais não possuem controle e influência direta do Brasil.

No GRÁFICO 14 é possível observar a trajetória da balança comercial brasileira ao longo dos anos, interessante notar as ocorrências a partir de 2012, cenário que favorece os déficits dos anos seguintes, que somente não permaneceram nos demais períodos porque o governo adotou medidas para conter as importações, e aquecer o mercado interno.

GRÁFICO 14: BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA – JANEIRO A OUTUBRO 2000 A 2016



Fonte: Elaborado pela autora com base dos dados do MDIC.

Considerando que majoritariamente são as cotações de commodities que determinam a trajetória da balança comercial brasileira, é importante ressaltar que a crise na Europa corroborou para uma redução nos preços desses produtos primários, junto a isso, as importações reduziram bastante, fato causado pela variação cambial, e por ações tomadas pelo governo para manter o mercado doméstico mais aquecido, como ferramentas de financiamento e incentivos fiscais.

5. UMA PERSPECTIVA QUANTO À EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS NOS PRÓXIMOS ANOS

Dado o exposto, o que se pode perceber é que o futuro do comércio exterior brasileiro é bastante incerto, e são grandes os desafios colocados para a economia brasileira no que diz respeito à sua inserção externa, afinal trata-se uma pauta composta majoritariamente por commodities, cujos preços são determinados internacionalmente, e dependem da situação econômica das grandes potências mundiais.

É visível, que exportar commodities não agrega destaque internacional à um país, embora existam recursos relacionados a técnicas agrícolas, evidente que de extrema importância, mas que não são capazes de sozinhas colocar o Brasil em um range de países líderes em exportação.

Exportar commodities não é um malefício à economia brasileira, pelo contrário, nos últimos anos desempenharam um importante papel na sustentação do saldo positivo na balança comercial brasileira, porém são apenas commodities, não colocam o Brasil em um nível de tecnologia e inovação de destaque, afinal soja é simplesmente soja, minério de ferro o é por si só, e assim por diante. Existe aí um efeito de “primarização” da pauta que pode ser bastante danoso à estrutura produtiva brasileira no longo prazo.

Para que o Brasil continue alcançando bons resultados no comércio internacional é necessário um intenso investimento em tecnologia, via políticas de inovações principalmente, que são fundamentais para agregar valor à estrutura produtiva e estimular setores e/ou tecnologias nas quais o país teria condições de se tornar um ator relevante em nível mundial.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi apresentar as características do perfil exportador brasileiro, fazendo uma análise das principais ocorrências histórico-econômicas do período entre os anos de 2000 e 2015. Primeiramente foram apresentadas as principais teorias relacionadas ao comércio internacional, verificamos que o modelo Brasileiro, não se encaixa plenamente em nenhuma das teorias de comércio internacional, apesar de ter uma pequena relação com a teoria da vantagem comparativa baseada na disponibilidade de fatores de Heckscher e Ohlin, uma vez que a pauta de exportação brasileira está baseada principalmente por commodities, e que trata-se de um recurso que o Brasil tem com certa vantagem em relação a outros países.

Em seguida foi feita uma contextualização político-econômica do Brasil para o período em questão, pode-se perceber que o país cresceu consideravelmente em relação ao mercado mundial, e obteve um equilíbrio significativo entre aumento do crescimento, redução da desigualdade, e estabilidade econômica, tendo como principais impulsionadores, fatores externos, como as altas cotações da commodities no mercado internacional e a ascensão da China enquanto grande potência econômica, e fatores internos como políticas de incentivos à financiamentos, e linhas e crédito em geral, aquecendo o mercado interno. No entanto, essas mesmas políticas que representaram sucesso no início dos anos 2000, em meados de 2011 já não tinham os mesmos efeitos, e o alto endividamento das famílias e empresas, juntamente com as crises econômicas que impactaram nas maiores economias mundiais, culminaram em uma desaceleração do crescimento brasileiro.

Foram apresentados também dados que permitiram compreender a situação do Brasil no comércio mundial. Apesar de ainda representar o 25º colocado no ranking mundial de Market Share, entre os anos de 2003 e 2011, ocorreram constantes aumentos de sua participação no mercado mundial, e o principal motivo desses aumentos esteve relacionado primordialmente a pauta de exportações, e principais parceiros comerciais do país, assim a pauta seja composta principalmente por commodities, e o mercado mundial com cotações consideravelmente elevadas, e também a demanda por tais produtos, o quantum

de exportações brasileiras aumentou consideravelmente. Além disso, a demanda da China veio crescendo, de modo que fosse cada vez mais o principal importador dos produtos brasileiros. Ao contrário dos países desenvolvidos, a demanda dos outros países da América Latina em relação aos produtos brasileiros permeia majoritariamente sobre os produtos industrializados, principalmente automóveis.

Por fim foi feita uma análise da balança comercial brasileira, onde se pode compreender que o cenário internacional tem um controle muito maior sobre os resultados do que a própria economia brasileira. Afinal a venda de commodities representa a maior parte das exportações brasileiras, e seus preços são determinados internacionalmente. O governo pode intervir, com maiores resultados, mais nas importações do que nas exportações, uma vez que pode implementar políticas que visaram o aquecimento do mercado interno.

Portanto, o período estudado abrange importantes fatos na economia brasileira, com uma pauta prioritariamente baseada em recursos naturais, uma dependência expressiva da economia internacional, e um grau de dependência cada vez maior em relação ao mercado chinês. Para os próximos anos, é difícil apontar exatamente quais caminhos as exportações brasileiras tendem a seguir, mas é fato que a adoção de uma pauta baseada em commodities traz ganhos expressivos no curto prazo. Contudo pode representar grandes perdas no longo prazo, principalmente tratando-se da falta de inovações e tecnologias brasileiras em visibilidade no mercado fora da América Latina.

REFERÊNCIAS

A NOTÍCIA. Inflação oficial em 2002 foi de 12,53%. Acessado em 20 de agosto de 2016, disponível em <http://www1.an.com.br/2003/jan/11/0eco.htm>

AGENCIA BRASIL. Dólar: causa da inflação recorde em 2002. Acessado em 20 de agosto de 2016, disponível em <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2003-01-09/dolar-causa-da-inflacao-recorde-em-2002>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Inflação. (2015). Acessado em 15 de agosto de 2016, disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2015/09/ri201509c6p.pdf>

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Inflação. (2002). Acessado em 15 de agosto de 2016, disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2002/12/ri200212P.pdf>

COUTINHO, E. et al, De Smith A Porter: Um ensaio sobre as Teorias De Comércio Exterior, **ARTIGO – ECONOMIA DE EMPRESAS**, 2006.

CRUZ, A. et al. A economia brasileira: conquistas dos últimos 10 anos e perspectivas para o futuro. **BNDES**, 2011.

DALTO, F. Preços Especulativos e os Limites da Política Econômica no Combate a Inflação. 2011. Acessado em 12 de julho de 2016, disponível em <http://fabianodalto.weebly.com/novas-perspectivas-econocircmicas/archives/05-2011>

FARHI, M., Gênese da Crise e Evolução Recente das Economias Avançadas. A ECONOMIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA CRISE GLOBAL. **FUNDAP**, 2014.

FLIGENSPAN, F. et al, As exportações do Brasil nos anos 2000: evolução, market share e padrões de especialização a partir de distintas agregações setoriais, **Indic. Econ. FEE, Porto Alegre**, v. 42, n. 2, p. 41-56, 2015

GUIMARÃES, E. Evolução das Teorias de Comércio Internacional, **ECEx/IE/UFRJ** – Curso de Pós-Graduação em Comércio Exterior, 1997.

IBGE – Dados estatísticos, disponível em http://serieestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=12&de=76

IPEA – Radar – Tecnologia, Produção e Comércio exterior, acessado em 15 de novembro de 2016, disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3464/1/Radar_n13.pdf

NEGRI, F., ALVARENGA G., A Primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. **BOLETIM RADAR. IPEA**, 2011

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, Mapas Comerciais, acessado em 15 de novembro de 2016 disponível em https://www.wto.org/spanish/res_s/statis_s/statis_maps_s.htm,

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, Exame Estatístico do Comércio Mundial – 2016, acessado em 02 de novembro de 2016, disponível em https://www.wto.org/spanish/res_s/statis_s/wts2016_s/wts2016_s.pdf

PRATES, D., BALTAR, C., SEQUETTO, M. A Inserção Externa do Brasil no Contexto da Crise Global, A ECONOMIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA CRISE GLOBAL. **FUNDAP**, 2014.

SECEX, MDIC – Base de dados, disponível em <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>

SERANO, F., SUMMA R. Política Macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na Economia Brasileira dos anos 2000. **IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB)**, 2011.

SERANO, F., SUMMA R. Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014. **Center for Economic and Policy Research**, 2015.

UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE, Export Sales Reporting, acessado em 18 de novembro de 2016 disponível em <http://usdabrazil.org.br/pt/dados-e-analises>

WORLD STEEL ASSOCIATION – Produção de Ferro – 2015/2016, acessado em 18 de novembro de 2016, disponível em <https://www.worldsteel.org/statistics/Iron-production-new.html>